



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011-2015



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

DEFENSORIA PÚBLICA - GESTÃO 2011 - 2015

Defensora Pública Geral do Estado

Andrea Maria Alves Coelho
gabinete@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3424

Subdefensor Público Geral do Estado

Túlio Lumatti Ferreira
gabinete@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3424

Corregedora Geral

Vanda Lúcia Veloso Soares de Abreu
corregedoria@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3432

Secretário Executivo

Juan Melo Gomez
juan.gomez@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3424

Assessor de Relacionamento Institucional

Francisco Rubens de Lima Júnior
francisco.lima@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7854

Assessora de Planejamento e Controle

Marly Anne Ojaime Cavalcanti Albuquerque
marly.anne@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7854

Assessor Jurídico

Régis Gonçalves Pinheiro
regis.pinheiro@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3445

Assessor de Desenvolvimento Institucional

Thiago Oliveira Tozzi
thiago.tozzi@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3425

Assessoria de Desenvolvimento de Projetos

Isabelle de Menezes Ferreira
isabelle.ferreira@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7332

Diretoria da Escola Superior

Karinne Matos Lima
escola.cursos@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7332

Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional

Delano Câncio Brandão
cej@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7332

Coordenador das Defensorias Públicas da Capital

Luis Fernando de Castro da Paz
cdc@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7879

Coordenador das Defensorias Públicas do Interior

Carlos Ernesto Vieira Cavalcante Filho
cdi@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7880

Supervisor do Núcleo de Relacionamento com o Cidadão e Supervisor do Núcleo de Estágio

Carlos Levi Costa Pessoa
carlos.pessoa@defensoria.ce.gov.br
(85) 3101-3436

Ouvidoria Geral

Merilane Pires Coelho
ouvidoria@defensoria.ce.gov.br
(85) 3278-7307

SUMÁRIO



Apresentação	5
Identidade Institucional	7
Aperfeiçoamento da Gestão	9
Autonomia	13
Tecnologia e Modernização	21
Identidade Visual	31
Transparência e Democratização	35
Infraestrutura e Condições de Trabalho	39
Valorização da atuação da Defensoria Pública no Interior	49
Melhoria e Humanização do Acolhimento ao Público	55
Da política de valorização de colaboradores e estagiários	65
Avanços normativos e atuação político-institucional	69
Atuação nacional para o fortalecimento da Defensoria Pública	75
Valorização da carreira de Defensor Público	85
Capacitação e formação permanente	91
Projetos e campanhas institucionais	95
Valorização e ampliação do quadro de colaboradores	101
Defensoria Pública e comunicação	103
Memória administrativa e institucional	107
Premiações	109
Projetos em desenvolvimento	113
Plano de Universalização do Acesso à Justiça	115
Operação PMAE BNDES	119

APRESENTAÇÃO



À Defensoria Pública incumbe a missão constitucional de prestar orientação jurídica e promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos dos hipossuficientes. Sua importância se manifesta na garantia da efetividade do primado do acesso à justiça e na salvaguarda dos direitos dos mais necessitados, e remonta a vários princípios tutelados pela Constituição Federal de 1988. A atuação da Defensoria expressa o compromisso da ordem constitucional com valores inerentes à cidadania, à democracia e à dignidade da pessoa humana, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A cada dia, a Defensoria Pública do Estado do Ceará vem se firmando como Instituição modelo, tornando-se referência para outras Defensorias Públicas do Brasil. O conhecimento técnico e o serviço jurídico de qualidade, aliados ao comprometimento com os assistidos, vem garantindo aos Defensores Públicos reconhecimento perante a sociedade e o meio jurídico. O importante desenvolvimento institucional obtido nos últimos anos sinaliza a necessidade de planejar as ações da Instituição, instrumentalizá-la ainda mais e torná-la cada vez mais reconhecida como agente de transformação social, com intuito de atender as demandas de uma sociedade exigente e em constante mudança.

Primando pelo princípio da eficiência, a Defensoria Pública se insere na administração pública gerencial, seguindo

tendência moderna de emprego de técnicas e práticas de gestão a fim de aperfeiçoar sua atuação e melhor servir a sociedade. Assim, a Instituição será impulsionada na direção desejada, de forma sustentável e duradoura, gerando satisfação cada vez maior aos cidadãos, que são a sua razão de existir.

Uma gestão bem sucedida deve contar com a participação e a motivação geral. Para tanto, é preciso introduzir mudanças culturais, de modo a que todos entendem a importância de buscar a excelência e encarem novos objetivos como desafios positivos que trarão benefícios para a Instituição, para a sociedade e para os próprios profissionais. Nesse sentido, sobeja em importância a assistência humanizada e o acolhimento empático aos Defensores, favorecendo a motivação, o sentimento de pertencimento e a satisfação no trabalho.

Visando a colaborar para o cumprimento de sua missão e tornar-se ainda mais efetiva como agente de transformação social, consolidando-se como Instituição de referência na promoção do acesso à justiça, a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará apresenta seu Relatório de Gestão do quadriênio 2011/2015.

Andrea Maria Alves Coelho

Andrea Maria Alves Coelho
Defensora Pública Geral do Estado do Ceará



IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Visão: Consolidar-se como Instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.

Missão: Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

Valores:

Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente no que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas.

Eficiência e eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir os objetivos institucionais, de forma plena e efetiva.

Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação e transparência.

Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados.

Ética: agir com integridade e higeidez moral em todas as suas ações e relações institucionais.

Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas.

Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis.

Modernização: adoção de modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.

Capítulo I

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO



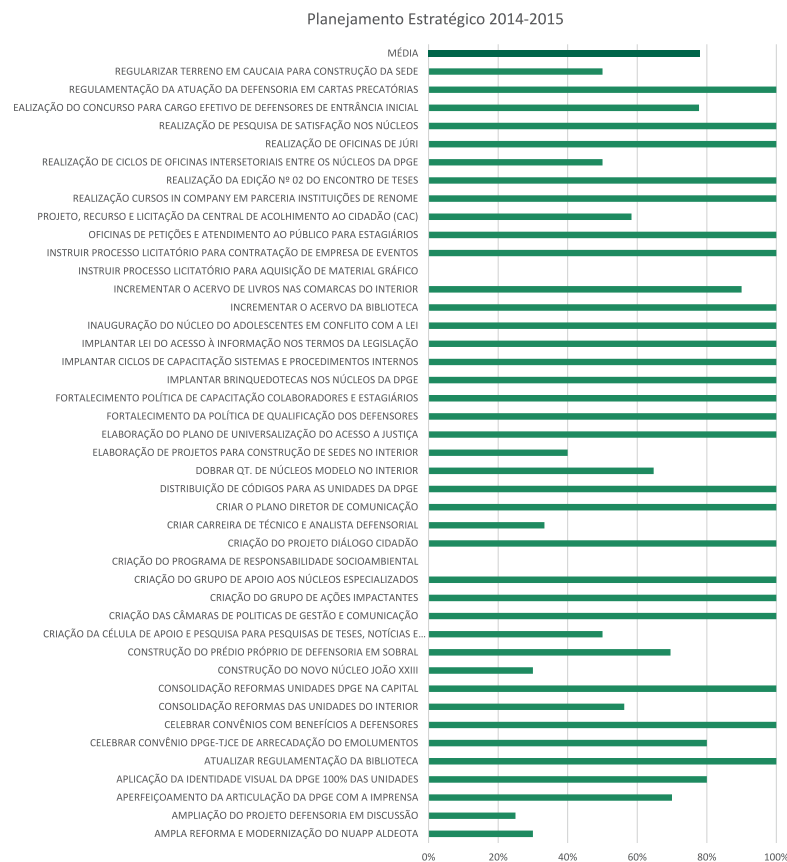
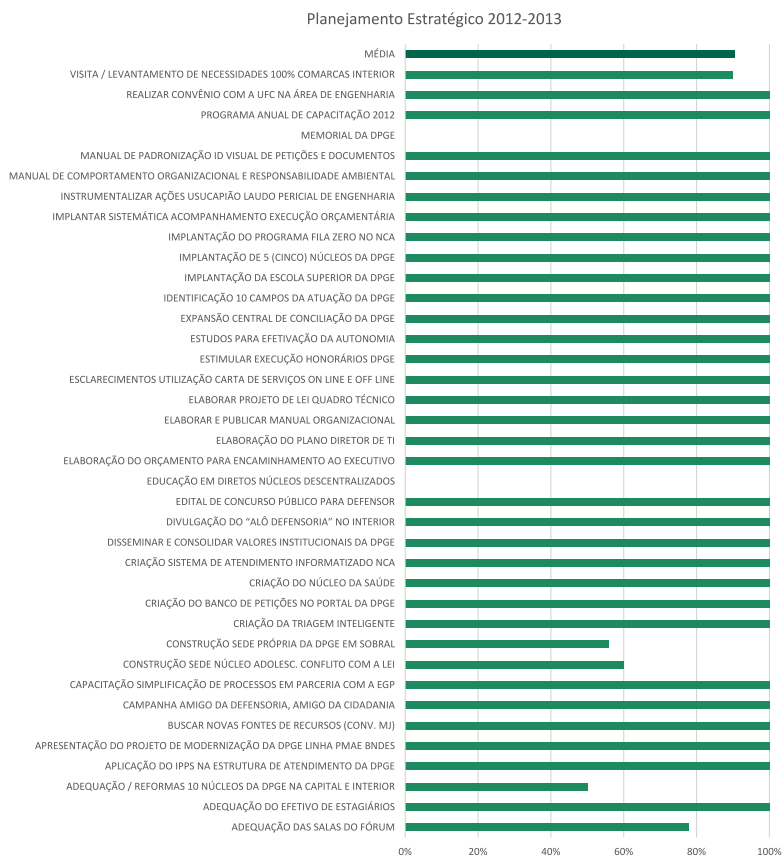
Plano Geral de Atuação

No início das duas últimas gestões, a Defensoria Pública aprovou o Plano Geral de Atuação para o biênio. O documento estabelece as diretrizes e perspectivas institucionais, além de fixar os desafios a serem perseguidos em cada campo de atuação. Elaborado de forma democrática, com participação de todas as Coordenações Setorizadas e da Sociedade Civil, esta, através da Ouvidoria Externa e dos Movimentos Sociais, o Plano Geral estabeleceu os alicerces gerais para o desenvolvimento do primeiro Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Planejamento Estratégico

Em 2012, a Defensoria Pública desenvolveu o seu primeiro Planejamento Estratégico. Fundado em 17 estratégias distribuídas em 04 perspectivas, conforme metodologia Balanced Scorecard (BSC), que direciona a construção de estratégias e iniciativas para perspectivas organizacionais preestabelecidas. São elas: sociedade, procedimento interno, aprendizado e crescimento e orçamento. Essas quatro perspectivas formam um conjunto coeso e interdependente, sendo estabelecidas estratégias, indicadores e iniciativas que garantam o alcance dos desafios estabelecidos nos temas estratégicos.

O instrumento utilizado para o registro dessas informações é o Mapa Estratégico, onde é demonstrada a relação de causa e efeito entre as estratégias e as perspectivas, todos direcionados para Missão e Visão institucionais. Foram estabelecidas 22 metas estratégicas e 42 iniciativas, cuja média global de execução foi de 90,36% no biênio 2012-2013. O andamento dos projetos é monitorado em reuniões mensais e os balanços de gestão estratégica são publicados regularmente, agregando transparência à administração. Já em 2014, no início do segundo biênio, o planejamento foi reeditado, com aperfeiçoamento de métricas de aferição de desempenho e resultado, bem como da metodologia.



Adesão ao Programa GesPública

No início da gestão, Defensores, servidores e colaboradores participaram da autoavaliação da Escola de Gestão Pública (EGP) do Estado do Ceará. A adesão ao Programa de Gestão Pública vem proporcionando o aperfeiçoamento das práticas de gestão e foi o primeiro passo para a Instituição habilitar-se à indicação ao Prêmio do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública). Agraciada

com a medalha de bronze em 2012, a premiação à DPGE representa o reconhecimento das melhorias gerenciais rumo à inovação, eficiência, qualidade dos serviços prestados e à satisfação do cidadão. Ao final da participação, são apresentados relatórios que serviram de base ao plano de melhoria, que se agregou à gestão e do qual emergiram oportunidades para inclusão do planejamento estratégico.

Projetos de Modernização BNDES

Em 2013, a Defensoria Pública apresentou Carta Consulta e teve aprovada pela Assembleia Legislativa a captação de R\$ 14 milhões de reais na linha PMAE Defensorias Públicas do BNDES para investimento em projetos de modernização. Somados esses recursos à contrapartida mínima de 10% do beneficiário, serão investidos cerca de R\$ 15,5 milhões no Plano de Modernização da instituição nos próximos 02 anos. A linha de financiamento, criada pelo BNDES especialmente para as Defensorias Públicas Estaduais, é um incentivo à modernização e ao desenvolvimento institucional das Defensorias, e nasceu a partir de uma articulação capitaneada pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) junto ao Ministério da Justiça (MJ), Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). A Carta Consulta, onde os projetos estão detalhados, contém cerca de 700 páginas entre documento principal, estudos, relatórios e anexos, e apresenta um conjunto de projetos estratégicos em áreas como tecnologia da informação, consultoria organizacional e obras. A operação já foi aprovada pela diretoria do banco e está em fase final de contratação.

Redesenho do fluxo de processos e rotinas administrativas

O fluxo do pagamento de diárias foi redesenhado, de modo a adequar-se aos termos exigidos pelo TCE e agregar maior celeridade ao processo de pagamento. Passou o pagamento a ser realizado anteriormente ao deslocamento, possibilitando a efetiva indenização nos termos da legislação. O fluxo de vários processos foram redesenhados, de modo a dar maior celeridade e permitir a criação de memória administrativa. A documentação de diversos procedimentos, nem sempre existentes, passou a ser inserida na rotina administrativa da instituição.

Implantação da Carta de Serviços

Também foi implantada a Carta de Serviços, disponível eletronicamente no site da instituição, facilitando o acesso da população aos serviços prestados pela Defensoria Pública.



Capítulo II

AUTONOMIA



Introdução

Desde a sua aprovação, em abril de 2014, por unanimidade, na Assembleia Legislativa, a autonomia da Defensoria Pública vem caminhando a passos largos. Importantes mudanças foram e continuam sendo implementadas. O início do processo se deu com a confecção do Estudo para Efetivação da Autonomia, cujo texto final foi apresentado em dezembro de 2012. Em 2013, ocorreram articulações políticas junto aos Poderes Executivo e Legislativo, que culminaram com a aprovação da Emenda à Constituição Estadual nº 80/2014, dando início ao processo de implementação.

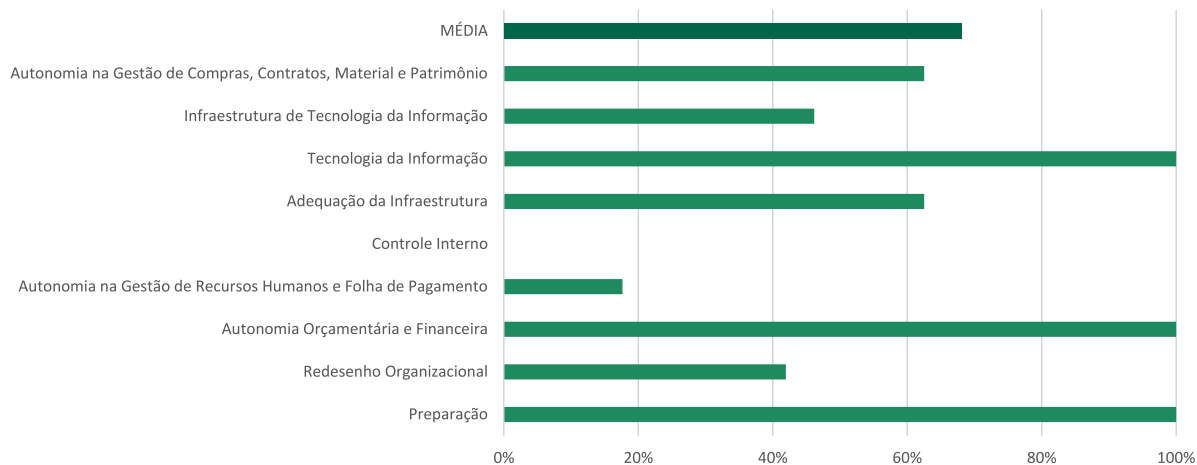


Planejamento



A aprovação do marco normativo foi antecedida do Estudo para Efetivação da Autonomia, documento que serviu de base para a elaboração do Plano para Efetivação da Autonomia. Com base em métodos e técnicas de planejamento, a autonomia vem sendo implementada em vários eixos, divididos em programas e ações, com destaque para autonomia orçamentária e financeira, priorizada no plano, além de outros aspectos relevantes como a independência tecnológica e a autonomia na gestão de compras e contratos.

Plano para Efetivação da Autonomia



Novo Site

Dentre as inovações implementadas, a DPGE ganhou um novo site, desvinculado do Governo do Estado, desenvolvido com emprego de design moderno e novas tecnologias. O site está hospedado no próprio data center da instituição e trouxe várias melhorias na experiência de navegação. A identidade visual é totalmente desvinculada do padrão do Governo, reafirmando a autonomia do órgão.

Auxílio-alimentação

Outra expressão da autonomia foi a incorporação do auxílio-alimentação ao contracheque dos Defensores Públicos, benefício até então pago por crédito em conta. A DPGE celebrou convênio com a Seplag que permite maior autonomia da gestão da Folha, como, por exemplo, a inclusão de benefícios decididos internamente.

Portal da Transparência

Ainda com relação à transparência, a Defensoria desenvolveu um Portal da Transparência próprio para exibição de todas as informações determinadas pela Lei da Transparência, evidenciando a aderência do órgão às boas práticas de gestão.



Publicações

Quanto às publicações oficiais, outra importante inovação. A Defensoria celebrou convênio com o Tribunal de Justiça para realizar suas publicações no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), medida que promoveu maior independência em relação ao Diário Oficial do Estado, controlado pela Casa Civil. Foi desenvolvido um sistema próprio, que envia as publicações de forma automatizada, trazendo importante ganho de eficiência no processo de publicação.



Comissão de Licitação

No que concerne aos processos licitatórios, destaca-se a criação da Comissão de Licitação, responsável pelas licitações do órgão, não sendo mais necessário recorrer à Procuradoria Geral do Estado para realizar as aquisições de bens e serviços. A fim de agregar maior transparência, foi criado ambiente próprio no site da Defensoria onde constam informações detalhadas sobre todos os certames em curso.



Orçamento

Com relação ao orçamento, a Defensoria Pública vem participando da formulação de instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), nas mesmas bases dos demais poderes e órgãos autônomos, com envio de sua proposta de forma autônoma e posterior negociação de acordo com o rito constitucional.

Autonomia Orçamentária e Financeira

Já houve total desvinculação dos sistemas de controle utilizados pelo poder executivo, como WebMapp, Sistema de Limites, SIAPP, Sister e SACC. A Defensoria também não sofre mais interferência de instâncias deliberativas externas à instituição, que até então controlavam a despesa corrente, como COGERF, formado por um colegiado de Secretários, ou os investimentos, como o Mapp, gerenciado diretamente pelo Governador.

Instituição do comitê de monitoramento da execução orçamentária

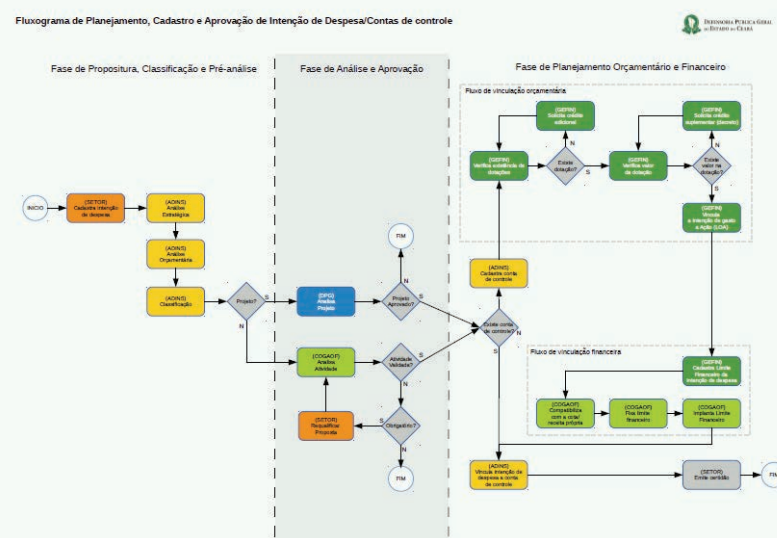


A DPGE instituiu o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário (Cogoaof), instância interna de monitoramento de execução orçamentária, que se reúne mensalmente com a finalidade de monitorar as despesas e receitas, fixar limites financeiros e adotar deliberações visando à melhoria da gestão.

Autonomia Financeira (Duodécimo)

Desde a desvinculação dos sistemas do poder executivo, a Defensoria vem executando seu orçamento diretamente no sistema S2GPR da Secretaria da Fazenda, observada a sua cota financeira mensal (duodécimo), como ocorre com os demais poderes. Para tanto, foram remodelados os fluxos internos e desenvolvidos sistemas próprios de controle, que trouxeram importantes ganhos de eficiência na gestão administrativa, orçamentária e financeira do órgão. A execução se dá de forma automatizada em ambiente de integração DPGE-SEFAZ, uma inovação tecnológica importante desenvolvida em curtíssimo prazo.

Fluxograma de Planejamento, Cadastro e Aprovação de Intenção de Despesa/Contas de controle



Sistemas próprios

O Sistema Integrado de Gestão (SIGE) representou um dos marcos gestão, pois garantiu a efetividade da autonomia orçamentária e financeira da Defensoria Pública e tem permitido a gestão de recursos da instituição sem interferência de outros Poderes. Desenvolvido pela própria Equipe Técnica da autonomia da DPGE, o sistema possui módulos de planejamento, execução orçamentária, controle de limites, contratos e convênios, que estão garantindo a gestão segura dos recursos disponíveis. Outros módulos estão em desenvolvimento. Com base nas deliberações tomadas nas reuniões do Comitê, o sistema impede qualquer pagamento não alinhado ao planejamento estratégico e orçamentário estabelecido pela gestão. Após passar por várias camadas de controle interno, a transmissão das informações à Sefaz se dá via sistema, onde as rotinas de empenho, liquidação e pagamento são processadas de forma automatizada.

The screenshot shows the 'Relatório de Limites' (Limits Report) interface. It features a navigation bar with tabs for 'Início', 'Cabeçalho de Controle', and 'Relatório de Limites'. Below the navigation, there are several tabs for different months: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, and Dezembro. The main area contains a large table with multiple columns representing different budgetary categories and their corresponding values for each month. The table is organized into several sections, likely representing different parts of the organization's budget.

Tela do Sistema Sig - Limites

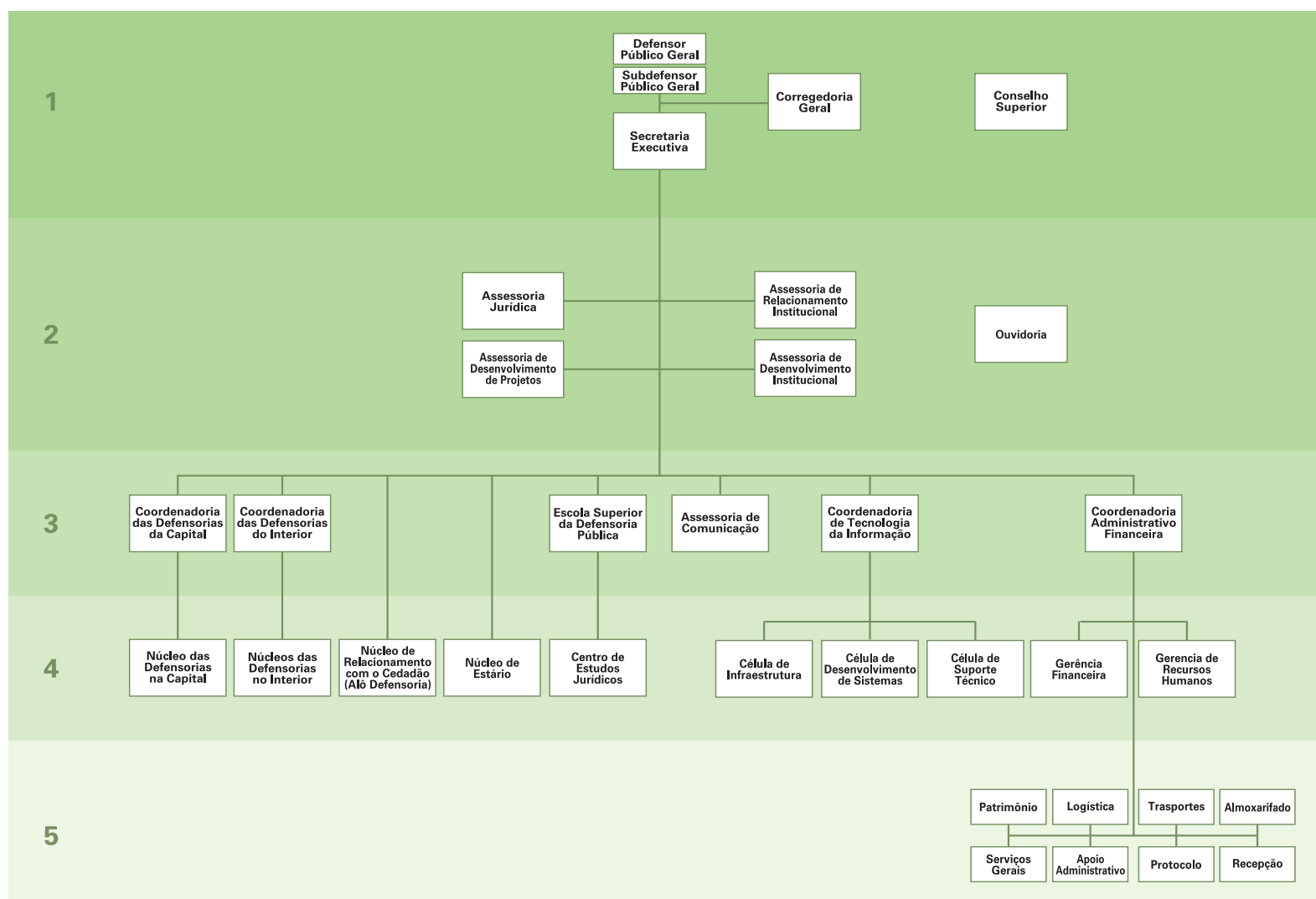


Tela do Sistema Sig - Monitoramento



Reforma administrativa e criação de organograma administrativo

Para garantir maior eficiência na gestão, foi implementada uma reforma administrativa que possibilitou a remodelagem organizacional da instituição. Tais alterações foram viabilizadas com a aprovação da Lei Complementar Estadual nº 117/2012, que criou novos cargos comissionados, atualizando a estrutura administrativa da instituição. Com isso, tornou-se possível fortalecer as assessorias e coordenadorias, melhorar a interlocução entre os diversos órgãos administrativos, além de dotar os supervisores de compensação remuneratória pela atuação na gestão dos núcleos, que garantiu uma ação mais integrada da alta administração com os demais setores.



Capítulo III

TECNOLOGIA E MODERNIZAÇÃO

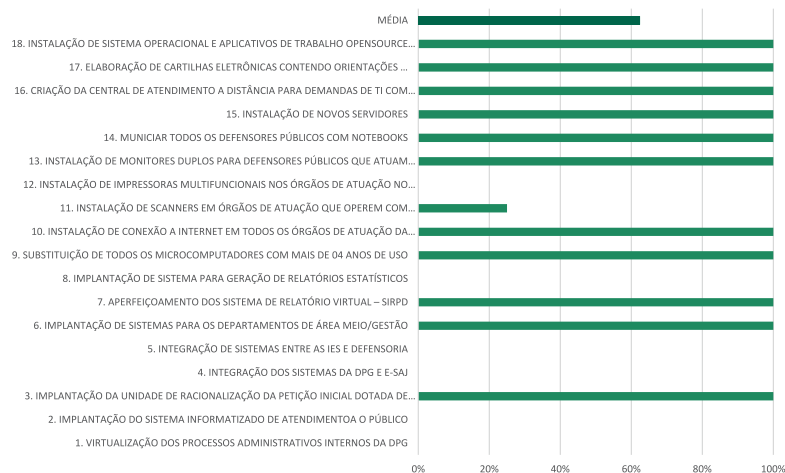


Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Em 2012, a Defensoria Pública aprovou seu primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que tem por finalidade atribuir organicidade e alinhamento estratégico às ações da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) com vistas a potencializar os resultados decorrentes das soluções tecnológicas e otimizar o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico da Instituição. O Plano traduz-se em instrumento essencial para orientar as

ações e decisões na área de tecnologia e consolida a percepção da imprescindibilidade e da posição estratégica da TI para a DPGE. Nova edição do PDTI foi elaborada para o biênio 2014-2015, com aperfeiçoamento em pontos como métricas, indicadores e sistemática de monitoramento. A melhoria do modelo de gestão passou também pela celebração de contratos de gestão e realização de consultorias.

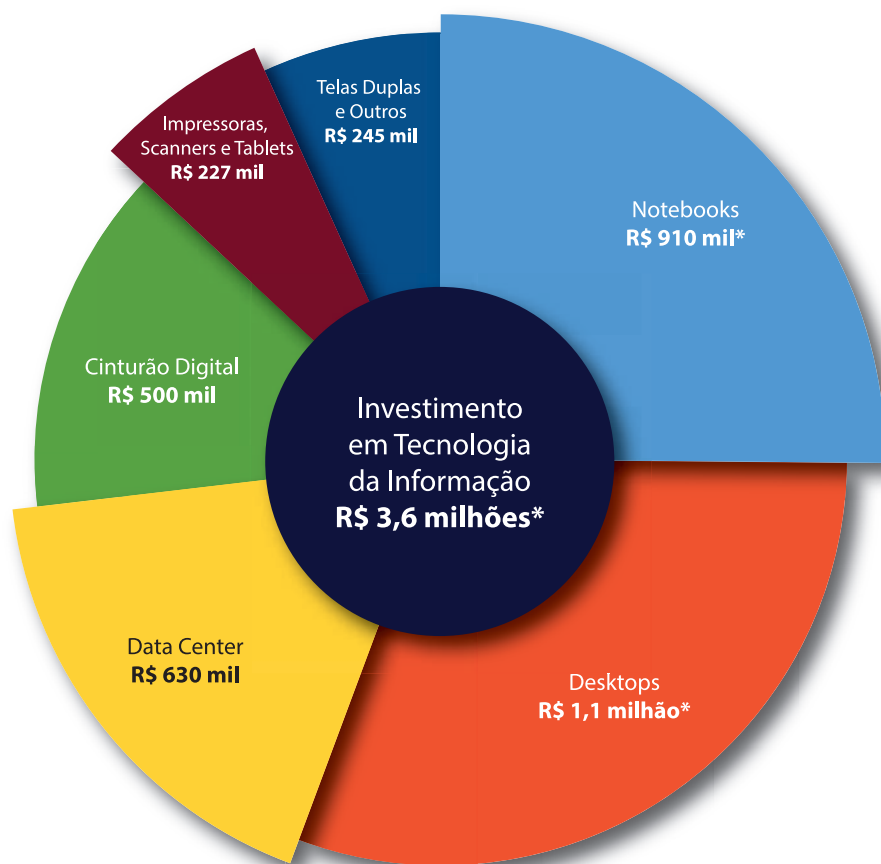
Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2012-2013



Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2015



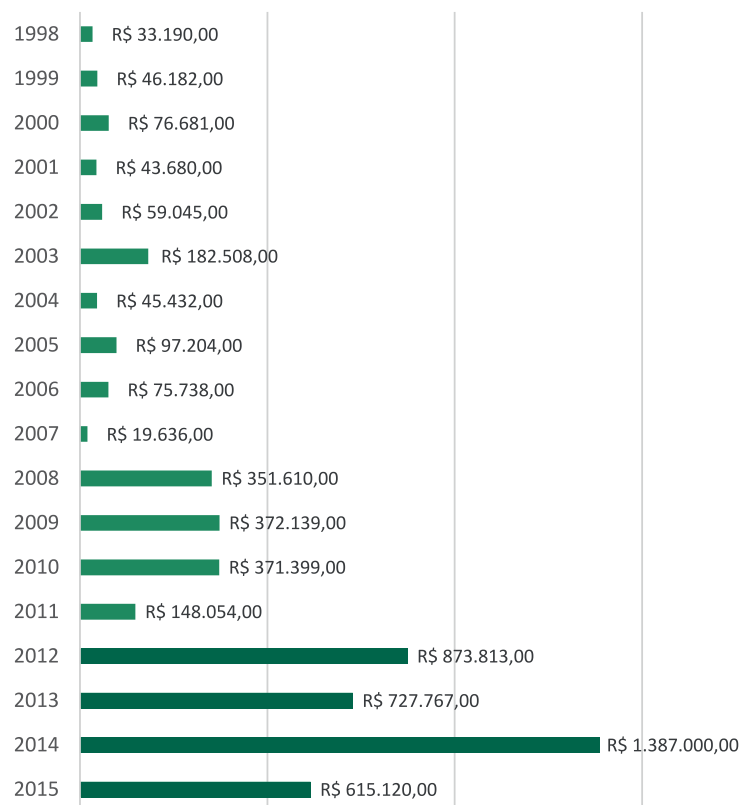
Investimento em tecnologia



*valores aproximados. Inclui previsão de investimento em 2015

Nos últimos anos, a DPGE vem batendo sucessivos recordes de investimentos em tecnologia. Desde a criação da instituição até 2011, a soma dos investimentos executados em toda a história da instituição não passavam de R\$ 2 milhões. No ano de 2012 foram investidos R\$ 873 mil; em 2013, R\$ 727 mil e em 2014, R\$ 1,387 milhão. Para 2015, estão previstos R\$ 615 mil. Portanto, o total investido em TI no período 2012-2015 deve superar R\$ 3,6 milhões.

Investimento em TI por ano



Além da ampla renovação do parque tecnológico, houve modernização do data center, da estrutura de rede, melhoria da gestão dos ativos, desenvolvimento de novos sistemas para atividade finalística e administrativa, equipagem de novas unidades da DPGE, modernização da estrutura de atendimento ao público, remodelagem de fluxos, aperfeiçoamento da gestão, dentre outras ações.

Garantia de novas receitas para tecnologia para os próximos anos

Também foram assegurados investimentos de quase R\$ 10 milhões em TI para os próximos anos através da operação de crédito da linha PMAE do BNDES, já aprovada pelos poderes executivo e legislativo, bem como pela diretoria do banco, e cuja assinatura é iminente.

Profissionalização e modernização da gestão de tecnologia

Para a consecução dos objetivos institucionais, foi verificada a necessidade de mudanças estruturais na gestão de TI, com ações inovadoras, das quais se destacam a elaboração do primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação e a celebração de Contrato de Gestão para aperfeiçoamento do modelo de gestão de TI.

Além disso, houve ampla renovação do parque tecnológico, senão vejamos:

Renovação do acervo de computadores

Aquisição de 346 novos computadores do tipo desktop de alta performance. Está em curso a aquisição de mais 80 equipamentos, totalizando 426 computadores, totalizando mais de R\$ 1,1 milhão em investimento.

Criação e melhoria do sistema Portal Digital

Melhoria do Sistema Portal Digital, desenvolvimento e implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão em vários núcleos da DPGE, especialmente no Núcleo Central de Atendimento

Integração do Portal com ESAJ

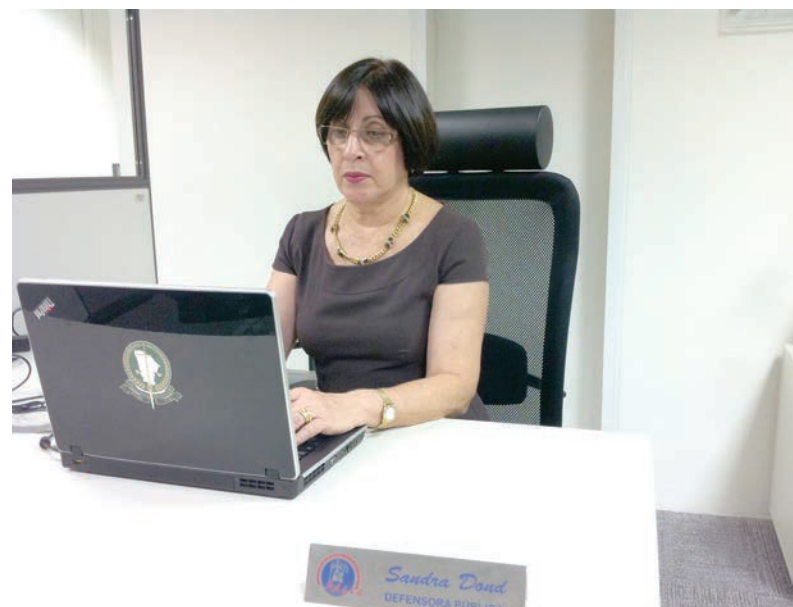
Integração do Portal da DPGE com o ESAJ na Unidade de Racionalização do Núcleo Central de Atendimento, permitindo o envio automatizado de petições ao judiciário sem necessidade de cadastramento de dados.

Melhoria na rede de internet da DPGE

Instalação de rede wi-fi na Sede Administrativa e em várias unidades da capital e interior.

Disponibilização de notebooks para todos os defensores públicos

Distribuição de notebooks a todos os Defensores Públicos. Foram adquiridos 230 equipamentos de alta performance e estão sendo adquiridos mais 80, totalizando 310 computadores. Investimento total de mais de R\$ 910 mil nesta ação.



Aquisição de monitores e suportes articulados de tela dupla

Visando possibilitar a melhoria na consulta dos processos judiciais virtualizados, foram adquiridos 160 monitores e suportes articulados para instalação de telas duplas.

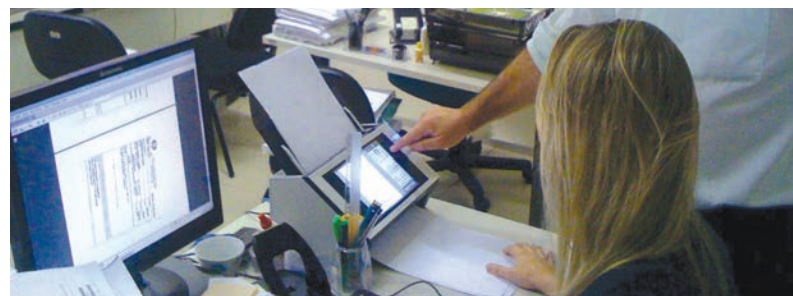


Melhorias das redes de transmissão de dados

Reestruturação do cabeamento, atualização do ambiente de rede e instalação de firewalls e servidores nos núcleos da capital e interior.

Aquisição de impressoras multifuncionais, scanners e tablets

Houve também aquisição de modernas impressoras multifuncionais a laser, scanners de alta performance, dotando os membros da instituição e seus colaboradores dos instrumentos adequados à prestação do serviço. Também foram adquiridos tablets para uso em setores administrativos. Foram 95 impressoras multifuncionais a laser; 10 scanners de grande porte; 15 tablets. Investimento de mais de R\$ 227 mil.



Melhoria do atendimento aos usuários de TI

Criação da Central Help Desk de suporte ao usuário de TI, criação do sistema de ponto único de contato para demandas de TI, padronização e profissionalização do atendimento, atendimento remoto ao usuário e produção de relatórios gerenciais. Implantação de pesquisa de satisfação do usuário para aferir o nível de satisfação com o serviço de suporte.



Modernização do Data Center

Ampla modernização do Data Center com investimentos de mais de R\$ 630 mil em reforma da infraestrutura física, cabeamento estruturado, adequação da instalação elétrica, aquisição de novos servidores tipo lâmina, storage, blade center, no-breaks e virtualização das aplicações.



Implantação de painéis de senha para atendimento ao público



Implantação do Painel de Senha e Sistema de Gerenciamento de Fluxo de Atendimento nos núcleos do interior. Implantação do Painel de Senha e Sistema de Gerenciamento de Fluxo de Atendimento nas unidades da Defensoria Pública no Fórum Clóvis Beviláqua em Fortaleza.

Solução para transmissão on-line de reuniões

Implantação de solução para transmissão on-line das sessões do Conselho Superior e Plenárias realizadas no auditório.

Política de diminuição de custos com aquisição de softwares

Incremento exponencial da quantidade de máquinas com sistemas operacional e sistemas de trabalho *open source*, dando maior efetividade à política de software livre.

Adesão ao Cinturão Digital

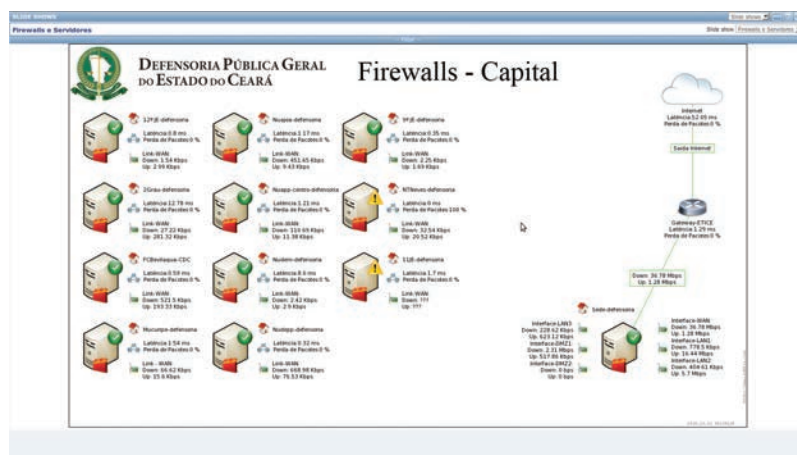
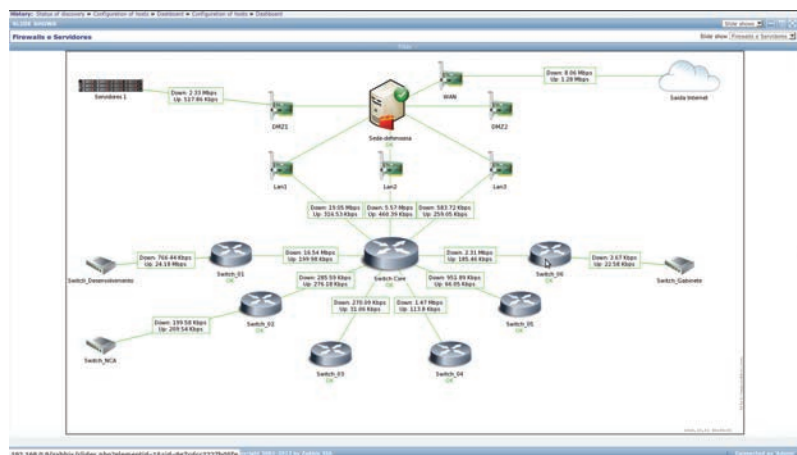
Adesão ao Cinturão Digital para universalização de Internet de Banda Larga em todas as unidades da DPGE. Investimento de mais de R\$ 500 mil em fibra ótica, rádios wmax e switches. Maioria das unidades da DPGE receberam internet de alta performance, com exceção dos locais onde não há via-

bilidade técnica. Novas instalações seguem em curso, conforme planejamento de instalação dos rádios na capital e interior. Houve instalação de internet Gigafor em todas as unidades da Defensoria nos Juizados Especiais na capital.



Monitoramento remoto dos equipamentos de TI pela Central de Tecnologia

Implantação de solução para monitoramento em tempo real da rede e firewalls em todas as unidades da capital e interior ligadas ao Cinturão Digital a partir de uma central de controle. Solução para atendimento remoto de suporte aos equipamentos de TI a partir da central de suporte ao usuário nas máquinas ligadas ao cinturão digital, permitindo, ainda automatizar o inventário de hardware e software.

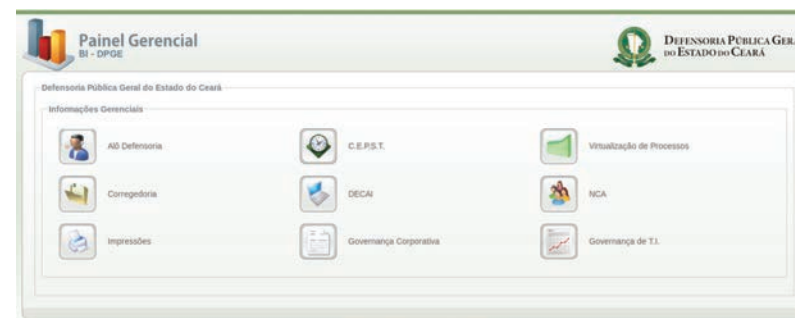


Automatização do preenchimento de dados do relatório

Integração do Portal Digital ao Sirdp (Sistema de Relatório), automatizando a alimentação das estatísticas e informações de produtividade e dispensando a ação humana no Núcleo Central de Atendimento.

Aperfeiçoamento da transparência administrativa

Aperfeiçoamento do Painel Gerencial da DPGE, onde uma Inteligência Artificial (Business Intelligence) monta informações gerenciais a partir de várias bases de dados, com vistas a permitir o melhor gerenciamento de projetos e agregar transparência à gestão.



Desenvolvimento de sistemas próprios

Desenvolvimento de novos sistemas para a atividade administrativa:

Sisguias: Sistema de emissão das guias de recolhimento para o recebimento da taxa dos emolumentos devidas pelos cartórios.

Mapa Georeferenciado das Unidades da DPGE: Mapa do Ceará contendo a localização das unidades da DPGE no interior do estado.

Sistema de Controle de Lotação de Defensores: Fluxo no Portal Digital aonde é possível administrar a lotação dos Defensores.

OpenBiblio - Sistema para Reserva On-line da Biblioteca: O sistema de gerenciamento dos processos da biblioteca, que incluem administração, relatórios, cadastro e circulação. Sistema open source adaptado pela Defensoria.

OCOMON - Sistema de Gerenciamento de Incidentes na área de TI: Sistema para abertura de chamados e gerenciamento de ocorrências do helpdesk do CTI. Sistema open source adaptado pela Defensoria.

Sistema de Almoxarifado: Sistema de controle de estoque e requisições de material de consumo.

CEPST – Controle Eletrônico de Postos de Serviços Terceirizados: Sistema de controle de pontos dos colaboradores.

SIGE - Sistema Integrado de Gestão, com os seguintes módulos:

- **SIGE - Controle de Acesso:** Controle unificado de acessos e a permissões dos usuários;
- **SIGE - Contas de Controle:** Planejamento e Acompanhamento de Despesas Anuais e Vinculação Orçamentária;
- **SIGE - Contratos:** Acompanhamento e controle da execução financeira de Contratos e seus aditivos.

- **SIGE - Convênios:** Acompanhamento e controle da execução financeira de Convênios e seus aditivos.
- **SIGE - Despesas Sem Contratos:** Acompanhamento e controle da execução financeira de despesas sem contrato.
- **SIGE - Financeiro:** Execução e controle de propostas de empenhos e integrado ao S2GPR – Sefaz.
- **SIGE - Cadastro Básicos:** Cadastro unificado de tabelas auxiliares;
- **SIGE - Limites:** Acompanhamento, aprovação e controle de limites mensais de despesas;
- **SIGE - Receitas:** Cadastro e acompanhamento de Receitas do Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública (FAADEP);
- **SIGE - Monitoramento:** Gráficos de monitoramento do Acompanhamento de Receitas e Execução de Despesas;
- **SIGE - Publicações:** Fluxo automatizado de aprovação e envio de publicações integrado ao Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça;
- **SIGE - Intenção de Despesa:** Fluxo automatizado de aprovação e controle de despesas;

Desenvolvimento de novos sistemas para a atividade finalística:

SIPA - Sistema de Cálculo de Pensão Alimentícia: Sistema que permite ao atendido o cálculo da dívida de pensão alimentícia com o valor corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Sacada (NADIJ): O sistema SACADA (Sistema de Acompanhamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos) permite verificar a situação processual de cada acolhido. A iniciativa inclui ainda a organização e sistematização dos dados com o objetivo de aumentar o número de informações disponíveis sobre a realidade destes menores para que a

Defensoria possa agilizar providências ou encaminhar as questões que não são de sua competência a outros órgãos.

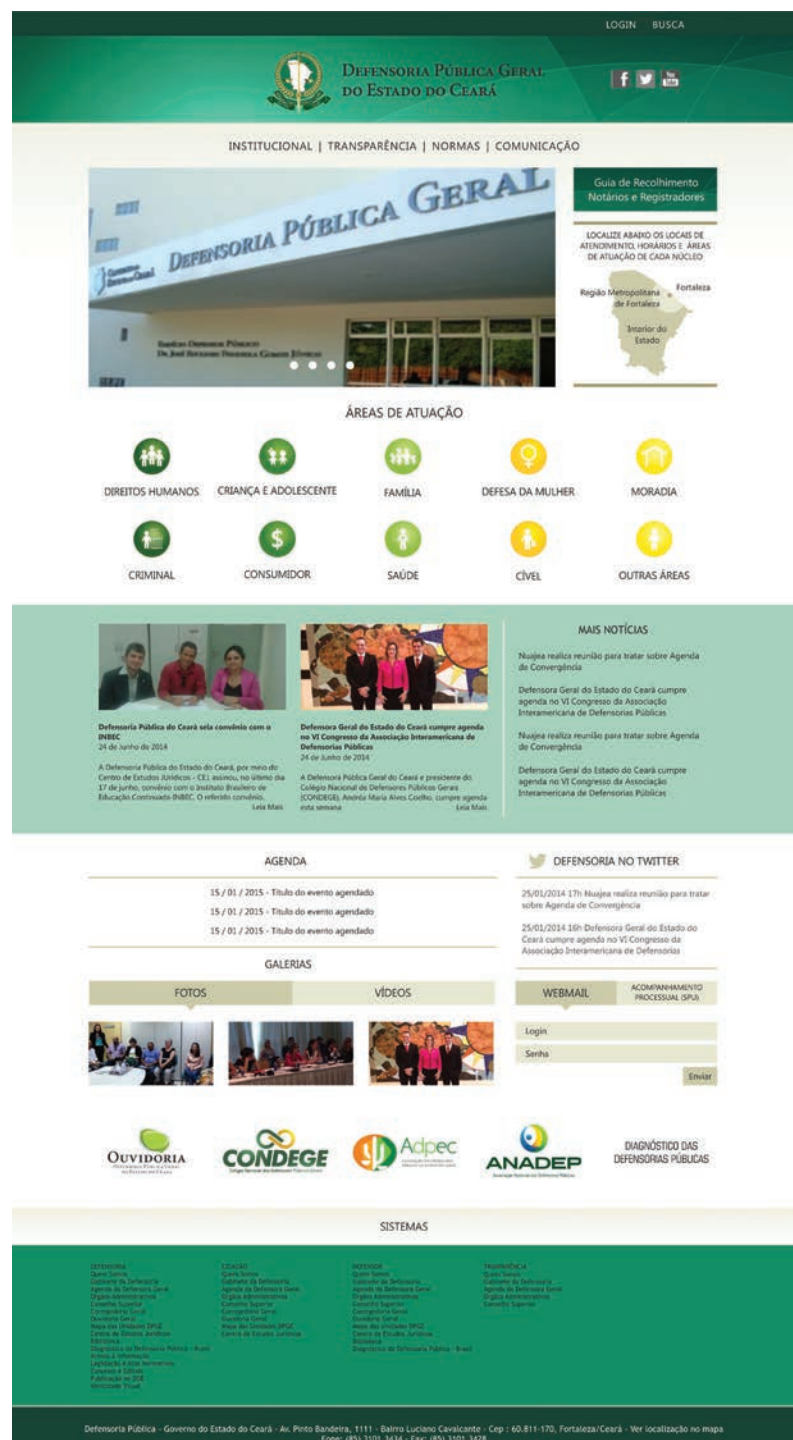
SIC - Sistema de Informação Criminal: Sistema de controle de informações criminais dos assistidos do Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório e as vítimas de violência (NUAPP).

Portal digital – Virtualização de Procedimentos Administrativos: Sistema de fluxo virtual de processos, dentre eles os processos de atendimento ao cidadão, utilizado por setores como Núcleo Central de Atendimento, Núcleo de Ações Coletivas, Núcleo de Habitação e Moradia, Núcleo da Saúde.

SIRDP – Sistema de Relatório dos Defensores Públicos: Sistema em que os Defensores cadastram suas atividades para geração de relatórios para a Corregedoria. Foi aprimorado e integrado a outros sistemas.

Novo site da DPGE

Desenvolvimento do novo site da DPGE, com identidade visual própria desvinculada da imagem do Governo do Estado, com linguagem visual inovadora e melhor usabilidade, voltado sobretudo para facilitar o acesso da população aos serviços da instituição.



Capítulo IV

IDENTIDADE VISUAL

Implementação do novo brasão da Defensoria Pública

Com vistas à consolidação da autonomia da instituição, decidiu-se pela criação de brasão próprio que passou a reforçar a identidade da Defensoria Pública, distinguindo-a de outras instituições e possibilitando o fortalecimento institucional



Confecção e distribuição de novas carteiras funcionais

A Defensoria Pública do Estado do Ceará foi uma das primeiras Defensorias do país a assegurar a seus membros ativos e inativos as carteiras funcionais em padrão estabelecido nacionalmente, dando segurança à identificação dos defensores públicos e promovendo a reafirmação institucional.



Criação do Manual de Identidade Visual

No processo de afirmação da Defensoria como instituição autônoma, sua identificação visual foi criada e padronizada a partir de manual próprio, permitindo o fortalecimento da instituição e a segurança e informação ao assistido quanto ao órgão que lhe presta atendimento.

Criação do Manual de Identidade Visual Aplicado a Petições e Documentos

No meso sentido, bem como visando a melhorar a organização administrativa implementada, desenvolveu-se manual próprio de identidade visual aplicado a petições e documentos, que permitiu a padronização de toda a documentação interna.

Composição do Hino da Defensoria Pública

A composição de hino próprio faz parte do processo de construção de imagem própria da instituição, que reafirma sua autonomia em relação ao demais poderes e busca reforçar a identidade institucional.

Desenvolvimento e disponibilização de modelos de petições e documentos

Além da padronização das petições e documentos, foram disponibilizados modelos para servir de base à produção dos Defensores Públicos.



Confecção de material de escritório e brindes personalizados

A partir da identidade visual desenvolvida e implementada nos últimos anos, passou a fazer constar tal identidade em todos os materiais de escritório da instituição e brindes distribuídos nos eventos, notadamente, cursos e capacitações.



Criação da Bandeira da Defensoria Pública

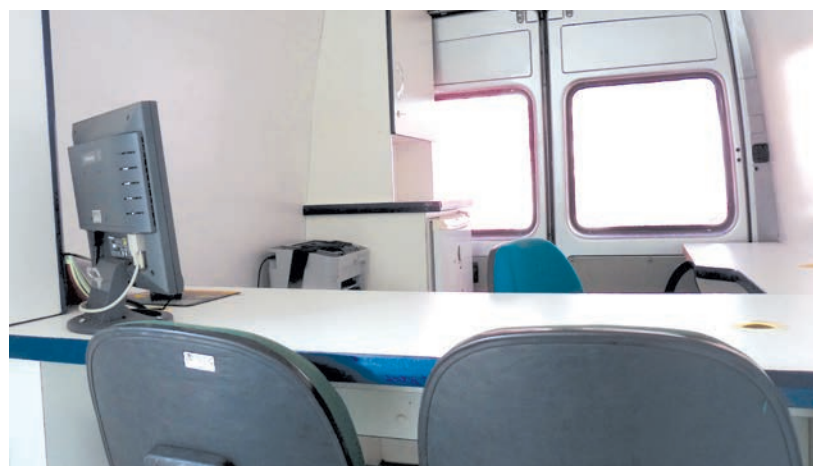
A bandeira compõe a identidade institucional e foi criada a partir das cores tradicionais da instituição e do brasão recém-criado.

Gravação do vídeo institucional da Defensoria Pública

A elaboração dessa ferramenta visa difundir os serviços da Defensoria Pública, seus núcleos e locais de atendimento, funções e organização, permitindo sua apresentação, quando cabível, nos eventos institucionais.

Criação e distribuição dos novos adesivos para veículos

Possibilitou a identificação própria dos veículos dos membros da instituição, permitindo-lhes o acesso a órgãos públicos e locais de trabalho com a devida identificação.



Adesivação de vans, caminhonetes e veículos com logo da Defensoria Pública

Permitiu que a instituição fortaleça sua imagem perante a sociedade, ao tempo em que dá transparência ao cidadão para que fiscalize a forma e a finalidade da utilização desses veículos.

Padronização do uniforme dos colaboradores

Além de valorizar os profissionais colaboradores que prestam serviço perante a instituição, permite sua identificação nos órgãos e locais de trabalho.

Afixação do banner institucional contendo Missão e Visão da Defensoria Pública

Permite a defensores públicos, estagiário, colaboradores e assistidos a constante reafirmação da missão e visão da instituição, com vistas a que sempre se preste um melhor serviço à população.

Confecção de Cartões de Visita Institucionais

Possibilitou a identificação dos membros da instituição, especialmente facilitando seu contato com os assistidos e com os agentes públicos no exercício de suas funções.

Padronização das fachadas dos prédios

Além de fortalecer a imagem da instituição, permite aos assistidos que tenham maior facilidade em identificar os locais de atendimento e ter a plena ciência de qual órgão está lhes prestando o serviço de acesso à justiça.

Aplicação da identidade visual em 100% das unidades da Defensoria Pública

Busca reafirmar a imagem da instituição em todos os seus órgãos, contribuindo para o fortalecimento e consolidação da imagem institucional.

Capítulo V

TRANSPARÊNCIA E

DEMOCRATIZAÇÃO



Portal da Transparência

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

PAGINA INICIAL

PLANEJAMENTO

- Planejamento Estratégico
- Plano Plurianual Anual
- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Lei Orçamentária Anual

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Receitas X Despesas
- Receitas
- Despesas
- Licitações
- Contratos
- Convênios
- Empenhos
- SIOF

SERVIDORES

RELATÓRIOS FISCAIS

RGF

PUBLICAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

OUIDORIA

Seja bem-vindo

O Portal da Transparência é o instrumento de transparência das ações governamentais, neste portal você encontrará informações pormenorizadas das Receitas e Despesas da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, em atendimento a lei 1312/2009, instrumentos de planejamento, publicações, relatórios fiscais, licitações, contratos, convênios dentre outros.

Defensoria Pública **Publicações** **Planejamento** **Execução Orçamentária**

Servidores **Relatórios Fiscais** **Serviço de Informação ao Cidadão** **Ouidoria**

Ouidoria

Canal de integração dos cidadãos com o Defensoria Pública, aqui você pode fazer suas sugestões, críticas, elogios e acompanhar suas manifestações.

Receita X Despesa

FAADep - Fundo de Apoio e Apertamento de Defensoria Pública

Ano	Receita	Despesa
2014	~12.000.000	~12.000.000
2015	~14.000.000	~12.000.000

Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará
Av. Pinto Bandeira, nº 1.111, Luciano Cavalcante, Fortaleza, Ceará, Cep 60.811-170
Fone: (85) 3101.5434 / Fax: (85) 3101.5418

Com relação à transparência, a Defensoria desenvolveu um Portal da Transparência próprio para exibição de todas as informações determinadas pela Lei da Transparência, evidenciando a aderência do órgão às boas práticas de gestão.

Realização de sessões públicas para a definição das designação dos defensores públicos, respeitando a antiguidade na carreira

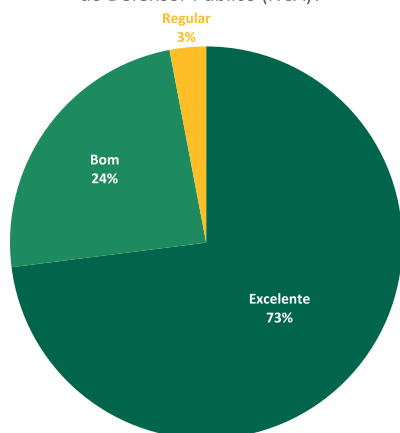
Demonstrando aderência aos princípios da impessoalidade e da moralidade, foi desenvolvida sistemática de designação sempre buscando respeitar a antiguidade na carreira ou a criação de critérios objetivos necessários à atuação em órgãos de atuação, mutirões e atividades extraordinárias. Essa sistemática possibilitou maior estabilidade aos membros da carreira, a garantia de segurança jurídica e a inexistência de privilégios.



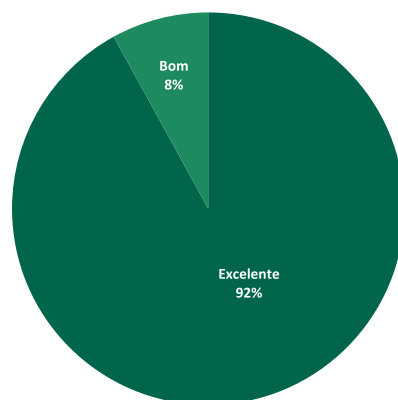
Pesquisas de satisfação com os assistidos

Realização de pesquisa de satisfação com os assistidos em 2014 no Núcleo Central de Atendimento, Núcleo de Assistência ao Preso Provisório, Núcleo de Execução Penal, Núcleos Mucuripe, Maracanaú, Caucaia e Juazeiro do Norte, com avaliação de diversos critérios essenciais à análise da qualidade do serviço prestado pela Defensoria Pública. No quesito qualidade do atendimento recebido pela Defensoria Pública, por exemplo, no NCA, principal núcleo de acolhimento ao cidadão, 56% dos assistidos entrevistados consideraram o serviço excelente e 40% consideraram bom, totalizando 96% de satisfação.

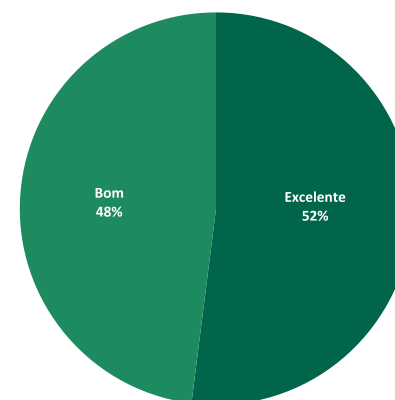
Como você avalia o atendimento recebido do Defensor Público (NCA)?



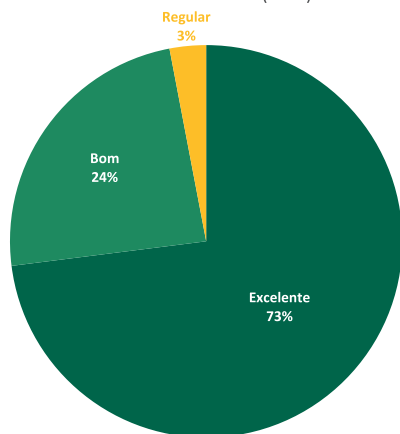
Como você avalia o atendimento recebido na Defensoria Pública (NUAPP)?



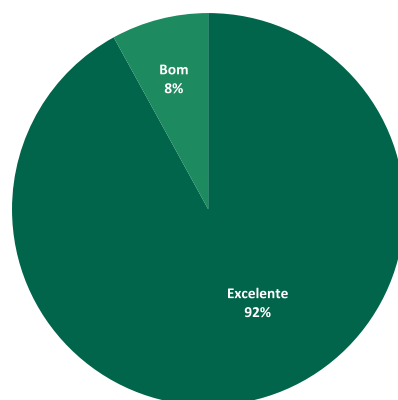
Como você avalia o atendimento recebido na Defensoria Pública (Núcleo de Juazeiro do Norte)?



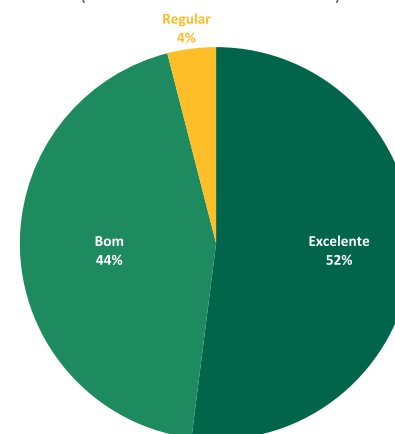
Como você avalia o atendimento recebido do Defensor Público (NCA)?



Como você avalia o atendimento recebido do Defensor Público (NUAPP)?



Como você avalia o atendimento recebido do Defensor Público (Núcleo de Juazeiro do Norte)?



Disponibilização de pautas e atas das sessões do Conselho Superior no site

Todas as pautas e atas das sessões do Conselho Superior passaram a ser disponibilizadas na página virtual da DPGE, assegurando-se ampla publicidade aos atos do colegiado, que aprovou quantidade inédita de atos normativos.

Preservação da memória administrativa do Consup

Todas as atas de todas as sessões da história do Conselho Superior foram publicizadas no site da DPGE na internet.

Garantia de maioria de Conselheiros Eleitos

Implementação da nova formação do Conselho Superior, com maioria eleita pela categoria, dando plena efetividade à LCP nº 132/2009. Modificando decisões anteriores, nos primeiros dias de gestão, foi convocado o 4º (quarto) Conselheiro Eleito, de modo a assegurar a imediata aplicação da legislação vigente, assegurando a maioria de membros eleitos no Colegiado.

Disponibilização de relatórios de produtividade na internet

Aperfeiçoamento do Painel Gerencial, com disponibilização de informações estatístico-gerenciais para quaisquer interessados na internet, gráficos, planilhas e estatísticas contendo indicadores institucionais de gestão estratégica e de resultado (Governança Corporativa);

Aplicação de regras objetivas e impessoais para participação em cursos

Foram definidos critérios objetivos para a participação de Defensores em seminários e congressos, focados na atuação específica do Defensor na área objeto do evento, de modo a não haver privilégios.

Divulgação de agenda Defensora Pública Geral

Mais uma medida de transparência administrativa foi a divulgação da Agenda Semanal da Defensora Pública Geral na internet, facilitando o conhecimento de todos acerca das ações e eventos dos quais o chefe da instituição participa.

Inserção no site da DPGE de publicações nos Diários Oficiais

Também como medida de transparência, foram inseridas no site da DPGE as publicações do Diário Oficial do Estado (DOE) e do Diário de Justiça (DJ) relativas à instituição.

Publicação no Diário Oficial das designações dos defensores públicos

Prática até então inexistente, as designações dos defensores públicos, ordinárias ou extraordinárias, para atuação fora de suas titularidades, passaram a ter publicação no Diário Oficial do Estado e, posteriormente, no Diário de Justiça, como forma de garantir a segurança jurídica e a higidez de tais atos.

Envio de comunicados e notas internas aos e-mails funcionais

Ampliação da comunicação interna, com o envio de Comunicados e Notas Técnicas sobre assuntos de interesse institucional a todos os Defensores Públicos.

Impessoalidade e democratização nos grupos técnicos de trabalho

Criação de Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho (GTs), franqueando a participação a todos os Defensores Públicos em assuntos de grande importância institucional, com definição de critérios técnicos e objetivos.

Visita da Administração aos órgãos da capital e às comarcas do interior

Também instrumento de democratização, a DPGE realizou visitas a todos os órgãos de atuação, promoveu Encontros Regionais, reuniões setoriais e reuniões periódicas com os Supervisores da Capital e do Interior, de modo a compartilhar as pautas institucionais e democratizar os trabalhos da administração.

Criação de cadastro de defensores para auxílio ao Júri

A Defensoria Pública deu especial atenção à atuação dos Defensores Públicos em sessões do Júri, criando cadastro de Defensores Públicos interessados em atuar nessa temática, na capital, região metropolitana e interior, a partir da utilização de editais próprios com critérios objetivos.

Realização de Plenárias com a categoria



Realização de Plenárias sobre temas de grande importância para a instituição e para a categoria, como autonomia, debate sobre a Resolução nº 22 e leis de grande repercussão entre os membros da Defensoria Pública, com transmissão *on line* para todo o Estado.

Capítulo VI

INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Climatização de 100% dos órgãos da DPGE

Visando assegurar melhores condições de trabalho aos defensores públicos e ambiente mais agradável aos usuários do serviço, foi instalada climatização em todos os núcleos e unidades da capital e interior.

Aquisição de novos veículos

A Defensoria Pública adquiriu 10 novos carros e duas novas motos no quadriênio, oferecendo mais conforto, segurança e maior infraestrutura de trabalho aos defensores públicos e colaboradores de todo o Estado.



Sede da DPGE



Melhorias na sede administrativa da Defensoria Pública em setores estratégicos, com a criação de novas salas para Corregedoria Geral e implantação de salas para a Equipe Técnica da autonomia e Comissão de Licitação. Criação da Sala de Convivência e Unidade de Racionalização. Climatização da recepção.

Núcleo Central de Atendimento (NCA)



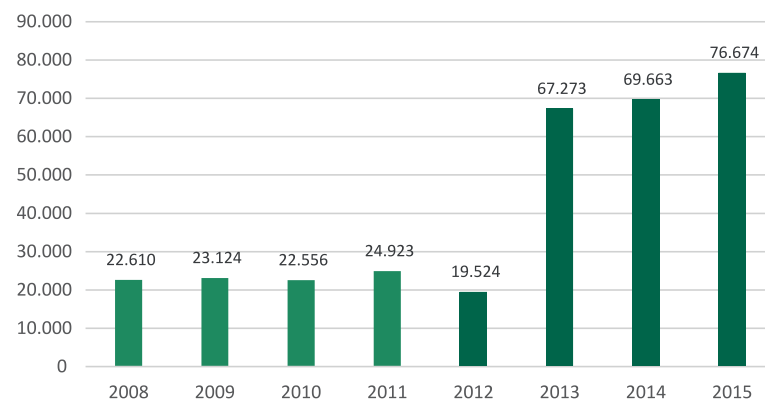
Uma das mais importantes mudanças no atendimento da Defensoria Pública ao povo cearense foi a transferência do Núcleo Central de Atendimento (NCA) para a sede administrativa da DPGE no ano de 2012, garantindo instalações modernas e ambiente confortável e climatizado para os Defensores Públicos, colaboradores e assistidos, estacionamento privativo e com segurança, além do investimento maciço em equipamentos de informática, sistemas e mobiliário.

Ao longo dos quatro anos de gestão o NCA recebeu diversas melhorias:

- Instalação de atendimento multidisciplinar, contando com profissionais qualificados na área de contabilidade, assistência social e psicólogo.
- Instalação de brinquedoteca para crianças.
- Instalação de porta automática, painel eletrônico de senha e desenvolvimento de novos sistemas mais eficazes para atendimento à população.



Atendimentos no Núcleo Central do Atendimento



* Estimativa com base nos dados parciais.



* Estimativa com base nos dados parciais.

Investimento de mais de R\$ 300 mil na modernização do Núcleo de Atendimento, para fins de melhor aproveitamento do espaço e recursos para o atendimento ao público. Nesse passo, também houve aumento do número de Defensores Públicos atuando no NCA, que passou de 09 para 19 defensores, incremento de 122%. Em consequência, foi elevada em mais

de 293% a produtividade no comparativo 2012, passando de cerca de 19 mil atendimentos para 76 mil atendimentos no ano de 2015, e possivelmente superada a média anual neste ano, pois até o final do mês de agosto de 2015 já perpassaram pelo Núcleo Central mais de 63.895 pessoas.

Defensorias de 2º Grau



Um das primeiras ações da gestão foi a reforma das salas da Defensoria Pública junto ao Tribunal. Com a reforma e identificação visual, buscou-se a melhoria das instalações daqueles que ocupam o mais elevado grau na carreira, permitindo o maior acesso dos usuários do serviço a todos os graus de jurisdição.

Em 2015, foi inaugurada mais uma sede da Defensoria Pública do 2º Grau, visando acomodar os defensores públicos promovidos ao último grau da carreira. Locado próximo ao Tribunal de Justiça, o prédio é dotado de acessibilidade, gabinetes e sala de reuniões, e acomodam atualmente 15 (quinze) Defensores Públicos.



Fórum Clóvis Beviláqua

A estrutura da Defensoria Pública no Fórum Clóvis Beviláqua passou por uma ampla reforma e aprimoramento, proporcionando maior conforto aos Defensores Públicos no atendimento à população. As salas foram projetadas para oferecer toda a comodidade e funcionalidade ao trabalho. Foram contemplados pela reforma todos os defensores lotados no Fórum Clóvis Beviláqua, abrangendo setores como cível, família, fazenda pública, criminal, júri, Nadij, curadoria, e outros. O Fórum conta ainda com uma sala de apoio para a realização de audiências de custódia. A reforma contou também com instalação de Central Telefônica e Painel de Senhas, como ferramenta de otimização do atendimento ao público. Foram instalados 58 (cinquenta e oito) gabinetes, beneficiando a atuação de 78 (setenta e oito) defensores públicos.



Núcleos Especializados

Foram promovidas reformas e reestruturação física de diversos núcleos na capital, com vistas a assegurar mais qualidade e conforto ao atendimento de milhares de assistidos, além de proporcionar melhor estrutura de trabalho para os Defensores e colaboradores.

Nova sede da Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEC) e do Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional (CEJ)



Edifício Juridical Center, SALAS 410 E 411 (Avenida Washington Soares, 1400, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante)

A criação da Escola Superior da Defensoria Pública exigiu que fosse disponibilizado local apropriado para o seu funcionamento, com espaço físico mais amplo. No local, também funciona o Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional da DPGE.

Nova sede dos Núcleos de Habitação e Moradia (NUHAM) e de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC)

Os Núcleos de Habitação e Moradia (NUHAM) e de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC) tiveram sua sede remanejada para novo endereço, com melhor estrutura, conforto e espaço para o atendimento das demandas de alta complexidade inerentes a esses setores. O espaço conta com gabinetes para os Defensores, além de sala de reunião.

Nova sede do Núcleo de Resposta do Réu da Defensoria Pública – NURDP

Promoveu-se a modificação da estrutura de atendimento do Núcleo de Resposta do Réu, que passou do Fórum Clóvis Beviláqua para a Sede Administrativa.

Também ocorreram reformas nos Núcleos do João XXIII, Tancredo Neves, Núcleo Mucuripe e Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – NUDEM

Sede própria para o NUDEP



Desde 2012, foi disponibilizada sede própria ao Núcleo da Defensoria Pública de Execuções Penais (NUDEP), passando a funcionar no histórico endereço da Defensoria Pública na Rua Caio Cid, nº 100, Luciano Cavalcante. Após duas reformas, em 2012 e 2014, o núcleo passou a contar com melhores condições de desenvolvimento seus projetos e atividades.

Criação de sede própria do NUAJA



A Defensoria Pública inaugurou em abril de 2014 o Núcleo Especializado em Atendimento a Adolescentes em Conflito com a Lei, o NUAJA. A obra, iniciada em 2013, custou cerca de 340 mil reais, com a construção de quase 280m² de área útil. O Núcleo representa o reconhecimento e apoio da DPGE ao trabalho desenvolvido pela na área da infância e juventude, que conta, ao todo, com 10 Defensores Públicos atuando exclusivamente nessa temática, tendo sido agraciada com o Prêmio Inovare Edição 2013 pela atuação junto às Unidades de Acolhimento de Fortaleza e o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos (SACADA).

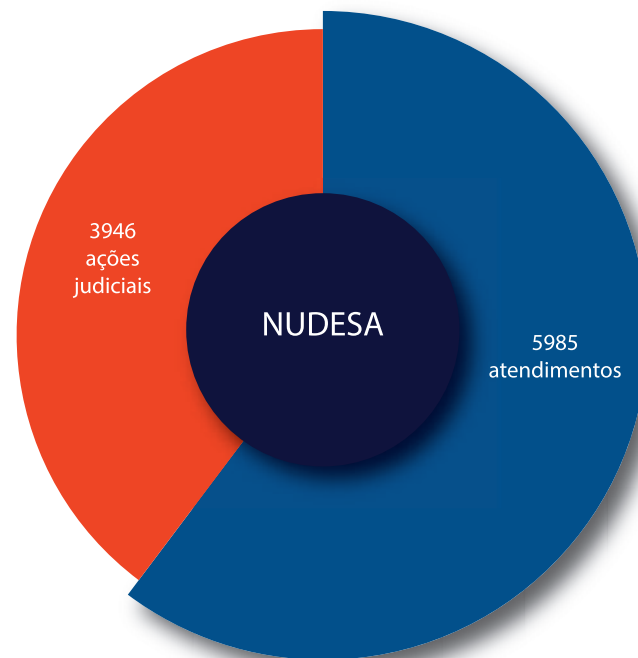


Criação do Núcleo da Saúde – NUDESA

O Núcleo de Defesa da Saúde da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUDESA) tem como objetivos principais atuar judicial e extrajudicialmente, na esfera individual ou coletiva, na promoção e defesa do direito à saúde. Desde que foi criado, o Núcleo tornou-se referência na matéria no estado do Ceará.



Atuação destacada na busca pela solução extrajudicial de conflitos na área da saúde



Promoveu-se a realização de visitas técnicas a órgãos e entidades públicas e privadas do sistema da saúde, inspeções nos Hospitais Waldemar de Alcântara, IJF, HGF, Albert Sabin, Hospital de Saúde Mental de Messejana, Hospital do Coração de Messejana e inspeções nas residências terapêuticas de Fortaleza, bem como Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes. Participação direta na elaboração de convênio com a Secretária de Saúde Estado do Ceará, objetivando a desjudicialização das demandas relativas ao direito à saúde, além da celebração de Convênio com a Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, Unimed Ceará e Hapvida visando desjudicialização das demandas de saúde. Realizou desde a sua criação até a presente data 5.985 atendimentos e 3.946 ações judiciais, totalizando 9.931 atos.

Capítulo VII

VALORIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTERIOR

Melhorias nas condições de trabalho e estrutura dos órgãos no interior

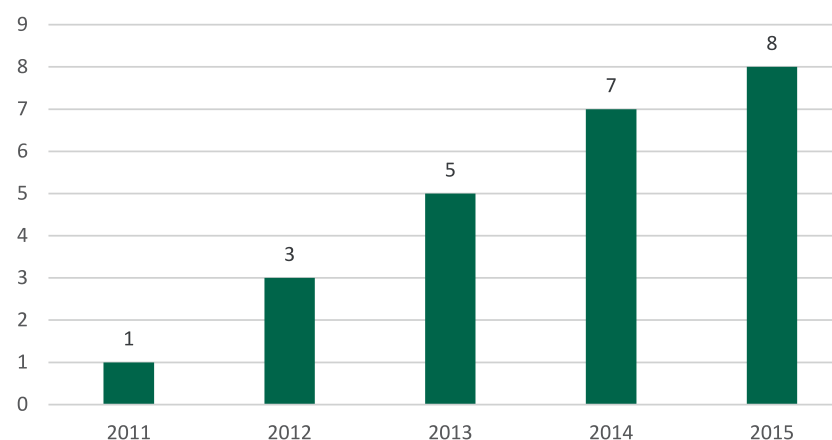
Uma marca dessas duas gestões foi a política de valorização dos órgãos do interior do estado, de modo que pudessem gozar das mesmas estruturas físicas, de serviços e condições de trabalho existentes na capital. Uma das premissas da gestão foi a aproximação da administração com os membros que atuam no interior.

Inauguração de Núcleos e melhorias na estrutura de diversos órgãos do interior

A Defensoria Pública, que possuía apenas 01 no interior, o Núcleo de Mediação do Crato, até 2011, ganhou novos 07 (sete) Núcleos entre 2012 e 2015, nas comarcas de Sobral, Aracati, Caucaia, Juazeiro do Norte, Barbalha, Pacajus e, mais recentemente, Maracanaú. Todos os núcleos possuem gabinetes individualizados, climatizados, painel de senha eletrônico e são equipados com mobiliário e equipamentos de informática novos. Mantém ainda a identidade visual da instituição.



Núcleos no Interior do Estado





Construção de sede própria em Sobral

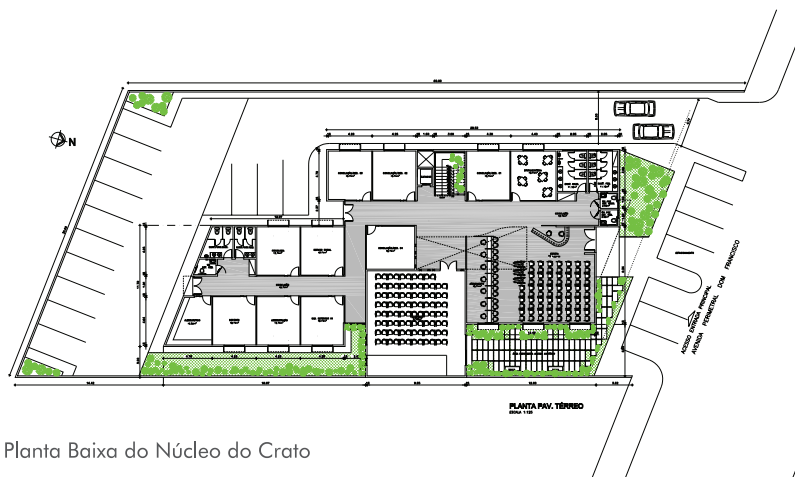


Orçada em cerca de R\$ 2 milhões, a sede própria da Defensoria Pública em Sobral é a primeira construção no interior e simboliza a política de valorização das comarcas do interior do estado. A obra está em fase final de construção, tendo conclusão prevista para novembro/2015. Conterá com modelo arquitetônico similar ao da sede administrativa, tendo auditório, gabinetes, salas de reuniões, gabinetes para atendimento multidisciplinar, guichês de atendimento ao público, brinquedoteca e toda a estrutura necessária ao conforto e à humanização no acolhimento ao cidadão.



Aquisição de terrenos para instalação de futuros Núcleos

Nesse período, a Defensoria Pública buscou a aquisição de terrenos através de doação das prefeituras. Além de Sobral, onde já está ocorrendo a construção do núcleo próprio, foram adquiridos terrenos nas comarcas de Quixadá, Crato e Itapipoca.



Planta Baixa do Núcleo do Crato

Instalação de internet em todos os órgãos do interior

Instalação de internet em todas as comarcas do interior, sendo internet banda larga via rádio e fibra ótica em todas as unidades que apresentaram viabilidade técnica através do cinturão digital. Foram beneficiadas comarcas como Crato (Casa de Mediação), Aracati, Acaraú, Camocim, Caucaia, Barbalha, Sobral, Tianguá, Maracanaú, Lavras da Mangabeira, Itapipoca, Redenção, Russas e Limoeiro do Norte.

Modernização dos equipamentos de TI

Disponibilização de impressoras multifuncionais para as comarcas onde há defensoria pública instalada; entrega de notebooks para todos os Defensores Públicos do interior do Estado; instalação de linha telefônica em todas as comarcas do interior.

Atendimento em unidades descentralizadas

A Defensoria Pública buscou estar mais próxima ao cidadão, disponibilizando seus serviços junto a outros serviços públicos prestados por órgãos do Governo, para tanto, formalizou convênio com a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) para atuação de membro da Defensoria Pública no programa Vapt Vupt nas comarcas de Juazeiro do Norte e Sobral.

Humanização do atendimento



Instalação de brinquedotecas nos núcleos da Defensoria Pública nas comarcas de Caucaia, Pacajus, Aracati, Barbalha e Juazeiro do Norte.

Aproximação da Administração às demandas dos defensores públicos do interior

No período, foram realizados 05 (cinco) encontros de supervisores do interior, com o objetivo de fomentar a articulação entre os defensores e a Administração da Defensoria Pública.

Formalização de convênios para cessão de servidores de apoio

Buscou a Defensoria Pública formalizar convênios de cessão de servidores municipais objetivando conferir maior segurança quanto a continuidade dos serviços defensoriais e ampliando o pessoal de apoio aos defensores públicos.

Realização de sessões de designação no interior do Estado

Como forma de dar maior assistência ao defensor público do interior, nos moldes do que já ocorria na capital, passaram-se a realizar as primeiras sessões públicas de designação no interior do estado.

Atuação extraordinária no interior para ampliação do atendimento à população

Ampliação da atuação da Defensoria Pública em comarcas do interior do estado e região metropolitana de Fortaleza, por meio de atuações extraordinárias, nas quais cada defensor público designado se desloca uma vez por semana para outra comarca, a fim de garantir a atuação da Defensoria em um maior número de comarcas. Atualmente, há 20 (vinte) comarcas que contam com este tipo de atuação.

Realização constante de Encontros Regionais

Visando aproximar a Administração Superior dos defensores públicos, de modo a ouvir oportunidades de melhoria e expor os projetos em andamento, foram realizados 11 Encontros Regionais, congregando defensores públicos das diversas regiões do estado. Foram realizados encontros nas cidades de Sobral, Aracati, Crato, Arquiraz, Maracanaú, Quixadá, Caucaia, Juazeiro e Pacajus.

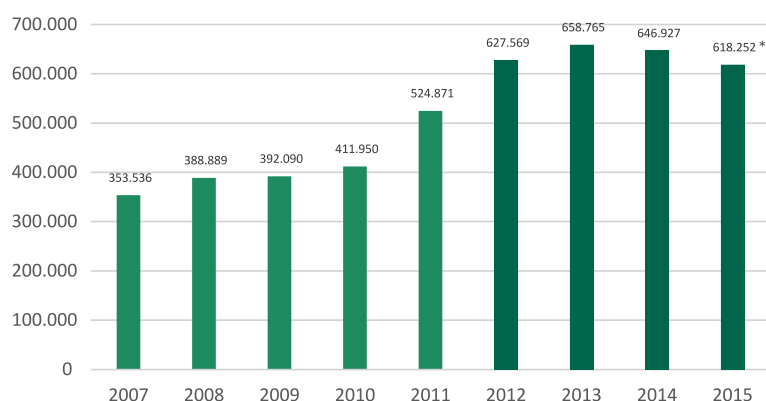


Capítulo VIII

MELHORIA E HUMANIZAÇÃO DO ACOLHIMENTO AO PÚBLICO

Nos últimos anos, a partir da visão e missão da instituição, buscou-se implementar uma série de medidas que pudessem levar à ampliação de seus serviços, conjugada à melhoria no acolhimento aos assistidos. Daí ter-se investido na qualidade de suas instalações físicas, na modernização dos procedimentos adotados, na qualificação de servidores e colaboradores, no investimento tecnológico e na humanização do atendimento.

Realização de 2.400.566 procedimentos de 2012 a outubro de 2015



* Estimativa com base nos dados parciais.

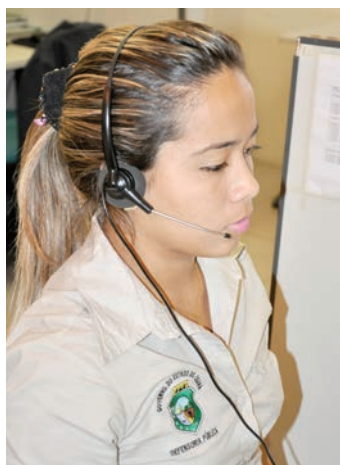
Criação de Linha de Ônibus para o Núcleo Central de Atendimento

Buscando facilitar o acesso dos assistidos à Defensoria Pública, a Administração articulou a criação, junto à Câmara Municipal de Fortaleza, da linha de ônibus “Papicu-Defensoria-Via Câmara” possibilitando aos usuários do serviço saírem diretamente do terminal do Papicu para o Núcleo Central de Atendimento.

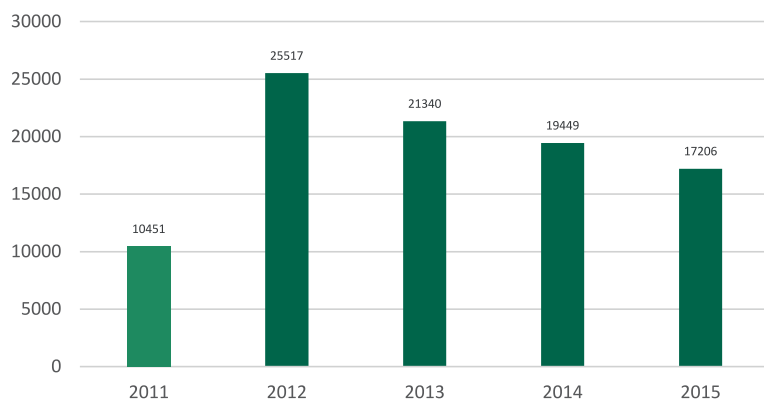


Alô Defensoria

O serviço Alô Defensoria foi valorizado e ampliado a partir de campanhas de divulgação realizadas sobretudo nas cidades do interior do estado visando descentralizar o atendimento. A quantidade de atendimentos mais que dobrou entre 2011 e 2012 e vem mantendo uma média mensal superior a 1.500 atendimentos.



Alô Defensoria



Defensoria Itinerante

Com o objetivo de ampliar o acesso à justiça de forma descentralizada e eficaz, beneficiando principalmente a população dos bairros mais carentes da capital, a DPGE vem fortalecendo o Projeto Defensoria Itinerante, que oferece atendimento jurídico gratuito em várias comunidades. A cada semana, a Unidade Móvel visita bairros da capital cearense e já passou pelo Conjunto Esperança, José Walter, Bela Vista, Passaré, Álvaro Wyne, Planalto Ayrton Sena, Conjunto Ceará e João XXIII. São realizados encontros com as comunidades de modo a democratizar a escolha dos bairros atendidos com a própria população beneficiada.



Fortalecimento na atuação em atividades extraordinárias

Implantação do Grupo de Trabalho (GT) nº 02/2014, da Central de Transplantes, em 2014 para aprimoramento da atuação da defensoria pública no projeto "Doação, meu direito".

Modernização do serviço prestado no Núcleo Central de Atendimento

Visando facilitar o acesso do cidadão ao Núcleo Central de Atendimento, promoveu-se o aumento do número de Defensores Públicos, que passou de 09 para 22 defensores. Em consequência, a produtividade teve um ganho expressivo, passando de cerca de 19 mil atendimentos em 2011 para cerca de 57.182 em 2014, chegando a 63.895 até outubro de 2015. Pesquisa de Satisfação do Usuário realizada com os assistidos revelou alto índice de aprovação da nova sistemática de trabalho, com 96% de aprovação.

Participação da Defensoria Pública nas audiências de custódia

Adesão da Defensoria Pública ao Projeto de Audiências de Custódia, possibilitando que os investigados pudessem ter assegurada a devida defesa técnica, contribuindo para a celeridade do processo criminal e a promoção dos direitos fundamentais de defesa. Foram implantadas salas de atendimento no Fórum Clóvis Beviláqua com mobiliários e computadores adequados, além de assessora jurídica para colaborar com os Defensores Públicos.



Atendimento humanizado com espaço para crianças

Foram instaladas brinquedotecas em 05 (cinco) núcleos da capital: Núcleo Central de Atendimento, Núcleo do João XXIII, Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório e à Vítima de Violência (NUAPP), Núcleo Especializado em Execução Penal (NUDEP), Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (NUAJA) e Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM).

Implantação de Unidade de Racionalização de Processos

Visando otimizar recursos e dar maior celeridade no atendimento à população, a Defensoria Pública implantou Unidade de Racionalização no Núcleo Central de Atendimento, dotado de sistema de automação para elaboração das petições mais recorrentes, agregando eficiência e celeridade no atendimento das causas de baixa complexidade jurídica.

Fortalecimento das Defensorias da Infância e Juventude

O Núcleo de Atendimento da Defensoria na Infância e Juventude (NADIJ) ampliou seu quadro de defensores públicos, tornando-se referência no atendimento a crianças e adolescentes. Possibilitou à Defensoria Pública estar presente nos Centros Educacionais, monitorar permanentemente a situação dos internos, e promovendo a defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Pela atuação destacada dos seus membros, desenvolveram diversas ações e seminários para a promoção da proteção das crianças e adolescentes.

Participação da Defensoria Pública em mobilizações e desocupações

A Defensoria Pública participou intensamente dos movimentos populares de reivindicação ocorridos em 2013, com vistas a assegurar os direitos humanos dos participantes e resguardar os direitos fundamentais de defesa dos detidos, ambas, funções institucionais da Defensoria. A DPGE também atuou em momentos de grande importância para a sociedade, como as desocupações do VLT e do Parque do Cocó, as negociações para término das greves das Polícias Civil e Militar e dos protestos durante a Copa das Confederações.



Valorização dos Núcleos Especializados para um melhor atendimento

A atuação da Defensoria Pública através de seus Núcleos recebeu especial atenção. A quantidade de Defensores Públicos em atuação em núcleos especializados saltou de 20 para 31, incremento de 55%. Foi assegurada a lotação de pelo menos 02 Defensores Públicos por núcleo especializado, como Idoso, Consumidor, Direitos Humanos e Ações Coletivas, todos até então com apenas 01 membro; foi criado o Núcleo da Saúde e fortalecido o Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos (NUSOL).

Mutirões e forças-tarefas



Durante o ano de 2012, foram realizados 18 mutirões e 16 forças-tarefa em Fortaleza e em comarcas como Caucaia, Crateús, Hidrolândia, Horizonte e Tauá. Ao todo, participaram 164 Defensores Públicos, beneficiando milhares de pessoas. Em 2013, foram realizadas 11 forças-tarefas, assegurando o desafogamento dos serviços defensoriais em comarcas com grande demanda por atendimento e peticionamento, como Juazeiro do Norte. Também foram realizadas diversas forças-tarefas voltadas para Sessões do Juri. A política de realização de forças tarefas continuou pelos anos seguintes com a realização de 11 delas em 2014 e 09 em 2015.

Atuação em mutirões promovidos pelo Poder Judiciário

A Defensoria Pública buscou participar de forma colaborativa nos mutirões promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, visando descongestionar a justiça e reduzir o estoque de processos aguardando julgamento ou apreciação de recursos.



Atendimento aos trabalhadores da Copa do Mundo

A partir de convênio firmado com a Secretaria Especial da Copa 2014, garantiu-se o acesso à justiça aos trabalhadores das obras da Arena Castelão para a Copa do Mundo de 2014. Com a assinatura do instrumento, os trabalhadores passaram a ser atendidos por Defensores Públicos no próprio ambiente de trabalho, beneficiando centenas de pessoas.

Descentralização dos serviços da Defensoria Pública

Buscando ampliar o atendimento à população a partir da descentralização dos locais de prestação de serviços, a Defensoria Pública celebrou 16 (dezesseis) convênios com Instituições de Ensino Superior, na capital e interior, otimizando a prestação dos serviços defensoriais e oferecendo ambiente para prática acadêmica.

Garantia de maior segurança aos Núcleos da Defensoria Pública

Em outubro de 2015, a Defensoria Pública celebrou convênio de cooperação com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a fim de que seja disponibilizada segurança pela guarda municipal aos Núcleos do 2º Grau, NUDEP e João XXIII. Em contrapartida, a Defensoria Pública promoverá a capacitação desses agentes públicos em mediação comunitária, objetivando a pacificação social.

Audiências públicas e participação direta da sociedade

Realização de Audiência Pública para apresentação do Plano de Universalização de Acesso à Justiça, no qual a sociedade pôde conhecer e opinar diretamente sobre a universalização dos serviços da instituição. Do mesmo modo, passou-se a promover audiência pública para apresentação e definição das diretrizes do Defensoria Itinerante, dentre outros eventos, como o de formação de lista tríplice para o cargo de Ouvidor Geral.



Mediação na histórica greve de policiais ocorrida no estado

A Defensora Pública Geral, Andrea Coelho, foi uma das responsáveis pelas negociações no histórico movimento de greve da polícia militar e corpo de bombeiros. No início de 2012, a DPGE teve participação de destaque como mediadora nas negociações das greves dos Policiais Cíveis e Militares do Estado do Ceará.

O POVO

FORTALEZA - CE, QUINTA-FEIRA - 5 DE JANEIRO DE 2012



ESPECIAL

GREVE NA PM

Política PÁGINA 23

Mais notícias no
Portal O Povo Online:
www.opovo.com.br



Acompanhe a cobertura em tempo real pelo
Twitter [@opovoonline](https://twitter.com/opovoonline) e pelo Facebook
(facebook.com/OPOVOOnline)



Envie sugestões, fotos e vídeos para:
vocefazopovo@opovo.com.br



Os personagens

A população ficou aliviada com o fim da queda de braço entre os militares e o governo. Passada a tsunami de boatos e medo, cabe a análise dos que ganharam prestígio e de quem foi mal no episódio:



Andréa Coelho

Há um mês assumia como defensora Pública Geral do Estado. O teste dos últimos dias, como intermediadora numa greve tão difícil, ajudou a cacifá-la. A própria categoria de defensores tem reivindicações junto ao governo.

Celebração de convênios objetivando a melhoria do atendimento à população

Promoveu-se, nesse período, a celebração de diversos termos de cooperação técnica e convênios, objetivando a melhoria e ampliação do serviço à população. Dentre eles, merecem destaque:

Assinado convênio com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na área de Saúde Pública, que tende a potencializar a efetividade de políticas públicas nessa importante temática, que vem ganhando cada vez maior relevo dentro das funções institucionais da Defensoria Pública, sobretudo ante a inauguração do Núcleo da Saúde em 2012;

- Realizou-se evento para integração da atuação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos com a Defensoria Pública. Na ocasião, promoveu-se o diálogo institucional entre ambas instituições e a apresentação mútua de seus programas, a fim de proporcionar intercâmbio e favorecer atuação sincronizada potencializando as funções institucionais da Secretaria e da DPGE;
- Para fortalecimento da atuação da DPGE na promoção dos direitos humanos de minorias e agrupamentos sociais vítimas de preconceito, foi firmada parceria entre a Defensoria e a Coordenadoria de Políticas LGBTT do Governo do Estado. A parceria tem como objeto promover a educação em direitos e coibir casos de homofobia. Foi realizada ainda Audiência Pública sobre Diversidade Sexual na sede da DPGE, com presença de vários segmentos de defesa de direitos humanos.

Apoio integral às ações da Ouvidoria Externa

A Defensoria Pública apoiou as ações promovidas por sua Ouvidoria Geral Externa, inclusive com ações integradas com o Núcleo Central de Atendimento, promovendo agenda de visitas do Programa Defensoria Itinerante, em conjunto com palestras promovidas pela Ouvidoria aos moradores. Ao longo deste período, aconteceram 22 reuniões com comunidades, associações e instituições, como Ceará Periferia, Comissão da Verdade, Cedeca, Habitafor, dentre outras.

A Defensoria Pública Geral apoiou ainda a realização do I e II Ciclos de Debates da Ouvidoria Geral com o objetivo aproximar a população da Defensoria Pública. O evento reuniu lideranças comunitárias e a população em geral, realizando rodas de conversas acerca de temas jurídicos pertinentes à Defensoria, com a participação de defensores públicos em ações de educação em direitos.

No âmbito nacional, a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, Dra. Andréa Maria Alves Coelho, à época Presidente do Condege, defendeu o fortalecimento das Ouvidorias Externas em todo o país, mantendo diálogo com o Colégio de Ouvidorias Externas e assegurando a participação da Presidente do Colégio de Ouvidorias em reunião do colegiado de Defensores Gerais, para defesa desse modelo de participação da sociedade nas Defensorias Públicas.

Participação da Defensoria nos Convênios do Ceará Pacífico e Ceará Saudável



A Defensoria Pública assinou um termo de compromisso para participação no Pacto Ceará Pacífico, um Pacto subscrito pelos representantes dos três poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, aberto a representações da sociedade civil. Para a organização e implementação do decreto, foram criados Comitê de Governança, Secretaria Executiva, Câmaras Temáticas, Câmara de Articulação dos Poderes e Órgãos Autônomos e Câmara de Monitoramento e Análise. O Pacto Por Um Ceará Pacífico tem o objetivo de construir uma Cultura de Paz no Estado do Ceará. A Defensoria Pública participa, ainda, das atividades ligadas ao Pacto por um Ceará Saudável, ação integrada com o objetivo de aperfeiçoar as políticas e ações, fortalecendo as instituições relacionadas à saúde.



DPGE e Prefeitura de Fortaleza firmam convênio para implementar ações de mediação de conflitos e de segurança

Firmado convênio de cooperação técnico-profissional com propósito de implementar ações de mediação de conflitos e de segurança por meio de agentes da Guarda Municipal.

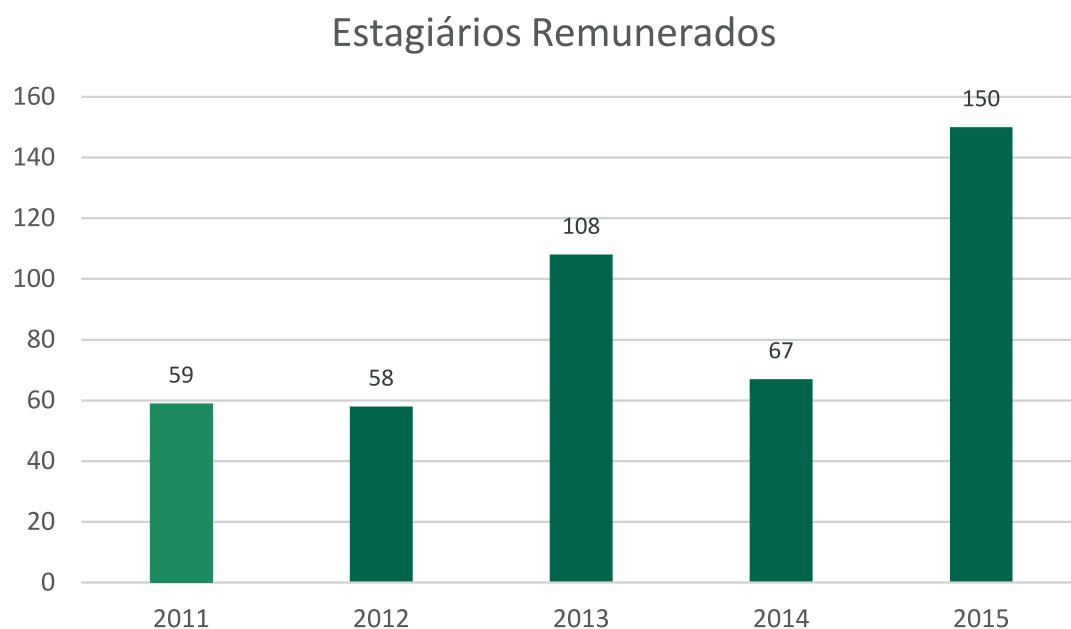
O acordo prevê a instalação de postos de serviço da Guarda Municipal, inicialmente, nos Núcleos da Defensoria Pública de Execuções Penais (Nudep), Núcleo Descentralizado do João XXIII e Núcleo de 2º Grau da Defensoria Pública e

tem por objetivo garantir mais segurança e tranquilidade aos assistidos da instituição, defensores públicos, colaboradores e servidores. A iniciativa visa, também, proteger o patrimônio material das unidades. Em contrapartida, a Defensoria vai garantir formação e capacitação dos guardas municipais para atuação na prevenção e mediação de conflitos.

Capítulo IX

DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE COLABORADORES E ESTAGIÁRIOS

Ampliação do quantitativo de estagiários remunerados



Normatização para ampliação do número de estagiários

Após negociação com o Governo, a Defensoria Pública conseguiu a aprovação de decreto para ampliação do quantitativo de estagiários, matéria posteriormente regulamentada pelo Conselho Superior.

Realização periódica de concurso para estagiários bolsistas e voluntários

Visando permitir o amplo acesso e preservar a impessoalidade e legalidade no ingresso no programa de estágio da DPGE, passou-se a realizar periodicamente concursos de estagiários bolsistas e voluntários, tanto na capital, quanto no interior. No período, foram realizados 17 concursos.

Facilitação de acesso ao programa de estágio da DPGE

Implantação do sistema de inscrição on-line de candidatos às seleções de estagiários bolsistas, com emissão eletrônica de boleto bancário para pagamento de taxa de inscrição em favor do FAADEP.

Realização de curso de formação para estagiários



Implementação e realização de curso de formação de estagiários com módulo prático de elaboração de petições e atendimento ao público com um total de 12 Cursos de Formação de Estagiários realizados entre 2012 e 2015.

Promoção de cursos de aperfeiçoamento para estagiários

Realização frequente de cursos de aperfeiçoamento direcionado a estagiários, inclusive treinamento no sistema virtual de acompanhamento de processos. No período, foram 09 treinamentos, com periodicidade de pelo menos 01 treinamento a cada semestre.

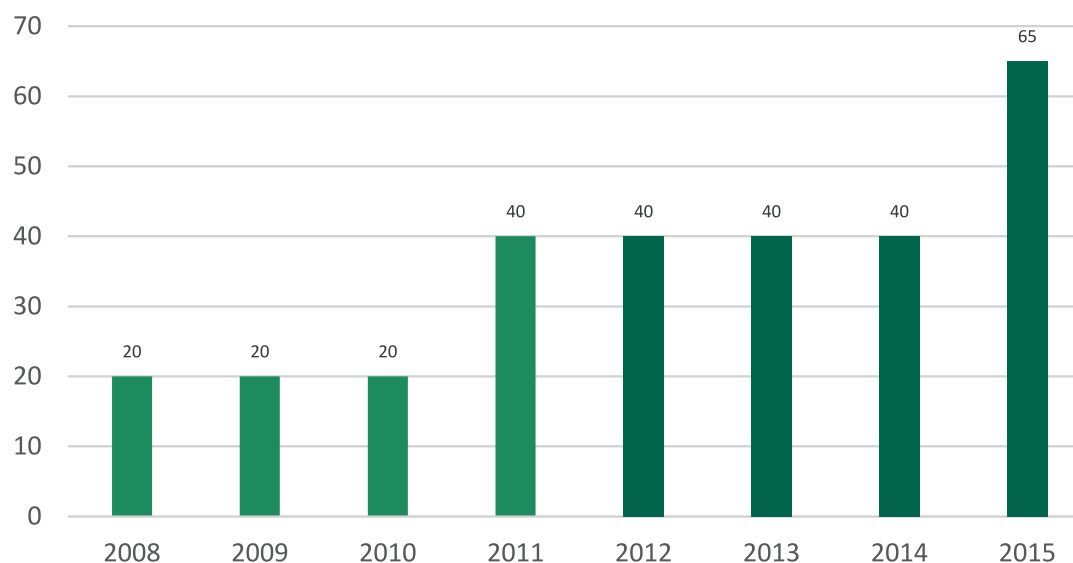
Ampliação da rede de faculdades conveniadas para ingresso de estagiários

Celebração e renovação de Convênios de Estágio com 26 (vinte e seis) Instituições de Ensino Superior e 02 (duas) Prefeituras Municipais, num total de 28 (vinte e oito) convênios.

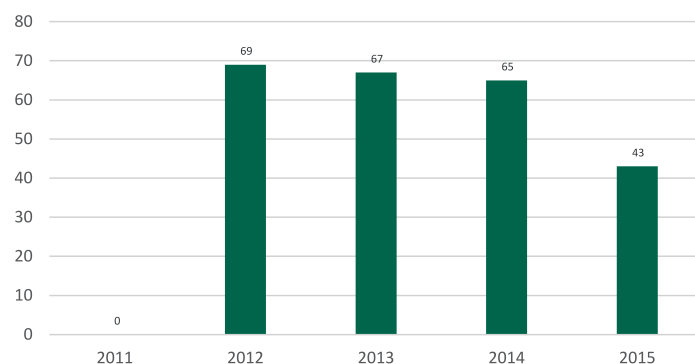


Estagiários do Programa "Primeiro Passo"

Primeiro Passo - Capital



Primeiro Passo - Interior



Em virtude de convênio com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), o Núcleo de Estágio também promoveu a seleção de 108 estagiários do programa Primeiro Passo, destinado a estudantes de nível médio oriundos de escolas públicas, com incremento de seleção para o interior. Por esse programa já passaram centenas de estagiários, alguns deles incorporados ao quadro de colaboradores da Defensoria Pública.

Atividades e projetos de apoio à prestação do serviço pela Defensoria Pública

Criação e implantação do projeto Parceria Acadêmica, com a participação de 110 (cento e dez) alunos da Faculdade Integrada do Ceará - FIC em atividades de apoio ao Defensor Público.



Capítulo X

AVANÇOS NORMATIVOS E ATUAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Nos últimos quatro anos, a Defensoria Pública do Estado do Ceará vivenciou alguns dos mais significativos avanços legislativos, desde sua criação, em 1997. Tais modificações foram fruto de intenso trabalho e articulações políticas, e trouxeram resultados expressivos nos mais diversos setores da instituição. Houve ganhos na organização administrativa, definição das competências normativas do Conselho Superior, avanços na estrutura da carreira de Defensor Público, remodelagem administrativa, criação de cargos administrativos, criação da Escola Superior, criação de novos cargos de Defensor Público se Segundo Grau, criação de nova fonte de receita para o Fundo de

Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública e, talvez a mais significativa de todas, a reforma constitucional que efetivou a autonomia administrativa, financeira e orçamentária no âmbito normativo estadual. Essas importantes alterações legislativas tiveram como norte a necessidade de adequação da instituição às demandas sociais que lhes são exigidas, tendo também contado com a participação decisiva da categoria dos Defensores Públicos no debate político decorrente do processo legislativo.



Atuação política nacional

No plano nacional, a Defensoria Pública do Estado do Ceará esteve presente nas discussões que implicaram em avanços legislativos para a carreira e para a instituição, dos quais se destaca a tramitação e aprovação da Emenda Constitucional nº 80, de 14 de junho de 2014, além de contribuir para os recentes estudos de reforma e adequação constitucional da Lei Complementar nº 80/94 e participar da consolidação de proposta de Emenda à Constituição para criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública.





Avanços normativos da Defensoria Pública no Estado do Ceará

Reconhecimento da autonomia na Constituição Estadual (ECE 80/2014)

Trata-se da mais importante modificação normativa desde a criação da instituição pela Lei Complementar nº 06/97, por significar a efetivação, no plano normativo estadual, da autonomia administrativa, financeira e orçamentária da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Proporcionou à instituição tanto a prática de atos próprios de gestão, como permitiu o repasse orçamentário em duodécimos, nos termos do que já estabelecia a Constituição Federal. É a partir dessa norma local que foram inicializados todos os procedimentos para a plena e efetiva desvinculação da instituição em relação ao Poder Executivo e promover a sua independência em relação aos demais poderes.

Conquista de iniciativa de lei

A partir também da Emenda à Constituição Estadual nº 80/2014, consagrou-se a iniciativa legislativa do Defensor Público Geral, em consonância com o que se dá com os demais poderes e órgãos autônomos do estado. Legitimidade essa que proporcionou à Defensoria Pública a participação direta no debate político perante os Poderes Legislativo e Executivo, podendo apresentar as matérias de seu interesse junto à Assembleia Legislativa.

Garantia de foro por prerrogativa de função na Constituição Estadual

Na ECE nº 80/2014 foi assegurado foro por prerrogativa de função aos membros da Defensoria Pública, fundamental ao exercício livre e independente de suas funções. Tal prerrogativa, anteriormente prevista apenas na LCE nº 06/97, restou expressa na Constituição Estadual, permitindo que os Defensores Públicos não se sujeitem a julgamento perante aqueles com quem atua diariamente.

Reestruturação da carreira de defensor público

A Lei Complementar Estadual nº 116, de 27 de dezembro de 2012, trouxe significativos avanços aos Defensores Públicos, especialmente àqueles que se encontravam nas classes iniciais da carreira. Primeiramente, adequou a estrutura da carreira às mesmas categorias de organização da magistratura e do Ministério Público estaduais, divididos em três entrâncias de primeiro grau (inicial, intermediária e final) e uma de segundo grau. Tal estruturação era reivindicada desde 2009, quando ocorreu a alteração das demais carreiras jurídicas. Com essa nova organização, foi possível a promoção de parte dos defensores e a consolidação, na própria Lei Orgânica da Defensoria Pública, do quantitativo de cargos por classe, até então dispersos em diversos instrumentos normativos.

Modificação legislativa da estrutura organizacional da Defensoria Pública

A Lei Complementar Estadual nº 117, de 27 de dezembro de 2012, proporcionou a melhoria e ampliação na estrutura organizacional da Defensoria Pública.

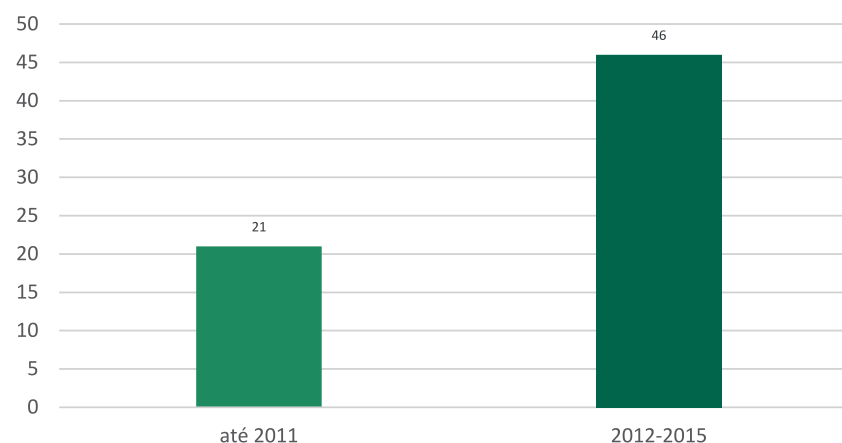
Lei que criou a Escola Superior da Defensoria Pública

A LCE nº 117/2012 também é o marco legislativo de criação da Escola Superior da Defensoria Pública, órgão auxiliar com atribuição para o estudo acadêmico no âmbito da instituição, aperfeiçoamento profissional, capacitação e interlocução com outras Escolas Superiores de demais órgãos administrativos.

Ampliação do quantitativo de cargos comissionados

A partir da LCE nº 117/2012, foi promovida a divisão de órgãos de execução programática em Coordenadorias específicas para tratar dos assuntos da capital e do interior, dadas as especificidades inerentes a cada um deles. Foi fundamental para melhorar a interlocução da alta administração com todos os órgãos defensoriais.

Quantidade de Cargos Comissionados



Definição de competências do Consup

Outra conquista para a instituição foi a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 118/2012, que definiu as competências do Conselho Superior da Defensoria Pública, estabelecendo suas hipóteses de atuação, além de permitir a consolidação do órgão e o avanço de suas atividades regulamentares. Essa definição foi o que possibilitou a normatização, na via administrativa, de vantagens como o auxílio alimentação, bem como a regulamentação de diversos órgãos e núcleos e o disciplinamento de matérias sensíveis à organização e atuação da Defensoria Pública, contribuindo para o avanço institucional.

Lei estadual assegurando a maioria de Conselheiros Eleitos

A LCE nº 118/2012 também foi responsável por assegurar, no plano legislativo, a maioria de Conselheiros Eleitos na composição do Conselho Superior da Defensoria Pública, permitindo a maior democratização das discussões e decisões daquele órgão da administração superior

Redução do percentual de diferença entre as entrâncias

A Lei Complementar Estadual nº 141/2014 foi aprovada após anos de luta da categoria e estabeleceu a redução do percentual de diferença remuneratória entre as entrâncias de 10% para 5%, conforme já ocorria com as carreiras jurídicas. A redução proporcionou maior valorização da carreira, aproximando-a da remuneração das demais carreiras do sistema de justiça.

Criação de 22 cargos de Defensor Público de Segundo Grau

A Lei Complementar Estadual nº 142, de 10 de julho de 2014, concretizou a determinação da Constituição Estadual de paridade de cargos de Defensor Público de Segundo Grau e Procurador de Justiça, com atuação perante os tribunais. O número de defensores públicos no segundo grau passou de 25 (vinte e cinco) para 47 (quarenta e sete).

Criação de nova fonte de receita para o FAADEP

No período também foi aprovada a Lei Estadual nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, que instituiu nova fonte de receita ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (FAADEP), fazendo prever a destinação de 5% (cinco por cento) dos emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros para a Defensoria Pública. Tais recursos, hoje arrecadados em sistema próprio desenvolvido pela área de TI da DPGE, tem servido para a manutenção da instituição, notadamente para as despesas de custeio.



Articulação para criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública

A Defensoria Pública do Estado do Ceará tem participado diretamente no debate e criação de texto base para a propositura e posterior aprovação de Emenda à Constituição que criará o Conselho Nacional da Defensoria Pública. O órgão terá papel fundamental no estabelecimento de diretrizes e políticas públicas que permitam a uniformização da atuação das Defensorias Públicas de todo o país, bem como aprimorem o modelo de prestação de assistência jurídica gratuita.

Participação na discussão e aprovação da Emenda à Constituição Federal nº 80/2014



No plano normativo nacional, há de se destacar a participação conjunta da Defensoria Pública do Estado do Ceará com as demais Defensorias Públicas, Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE, Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP e Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF, para aprovação da Emenda Constitucional nº 80, de 04 de junho de 2014, que estabeleceu a obrigação de que União, Estados e Distrito Federal façam contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais do país, contribuindo assim para o pleno acesso à justiça.

Além disso, a emenda reafirmou a igualdade de prerrogativas entre os membros da Defensoria Pública e os membros da magistratura, contribuindo para o fortalecimento da instituição, necessário à garantia do acesso à justiça.

Também foi consagrada a iniciativa de lei por parte das Defensorias Públicas, imprescindível ao pleno exercício da autonomia da instituição.



Participação nas discussões de atualização da Lei Complementar nº 80/94

A Defensoria Pública do Estado do Ceará tem participado das discussões e da consolidação da proposta de adequação da redação da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94) ao teor das emendas à Constituição Federal promulgadas na última década (EC nº 45/2004, EC nº 69/2012, EC nº 74/2013 e EC nº 80/2014).

Capítulo XI

ATUAÇÃO NACIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Presidência do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais - CONDEGE

No período de maio de 2014 a maio de 2015, a Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, Dra. Andréa Maria Alves Coelho, presidiu o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE, tendo não somente engradecido a Defensoria Pública cearense, mas contribuído para o avanço das Defensorias Públicas de todo o país. Deu-se ainda o significativo fortalecimento do CONDEGE, seja quanto à participação efetiva de seus membros, seja quanto à representatividade do Colegiado, consolidando-se nacionalmente como instância legítima de debate dos assuntos de interesse da Defensoria Pública.



Termos de Cooperação, contratos, convênios e protocolo de intenções firmados

À frente da Presidência do CONDEGE, buscou a celebração de acordos, convênios e termos de cooperação, visando a integração das Defensorias Públicas e o auxílio de outros órgãos e entidades.

- Termo de Cooperação ENAJUD: tem por objeto formalizar articulação interinstitucional e multidisciplinar para desenvolver, consolidar e difundir procedimentos, mecanismos, instrumentos e métodos alternativos de solução de conflitos ("MASC"), no intuito de promover a prevenção e a redução dos litígios e contribuir para a celeridade e a efetividade dos direitos e garantias fundamentais.



- **Termo de Cooperação Técnica Campanha “Compromisso e Atitude”**: conjugar esforços para o fortalecimento, divulgação e implementação da Lei Maria da Penha e de Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - “A Lei é mais forte”.

- **Protocolo Mínimo de Padronização do Acolhimento e Atendimento da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**: visa incentivar a criação e padronizar a estrutura e forma de atuação dos NUDEM e Defensorias Públicas Especializadas no Brasil, instituindo uma política pública de prevenção, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher.

- **Termo de Cooperação Defensoria no Cárcere**: firmado entre CONDEGE e Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional, da Secretaria de Reforma do Judiciário, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, bem como ANADEP, ANADEF e Conselho Nacional dos Secretários de Justiça e Cidadania, tem por objeto envidar esforços para apoiar e otimizar a atuação dos Defensores Públicos nos estabelecimentos penais.

- **Termo de Cooperação Projeto “Defensoria Pública sem Fronteiras”**: tem por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes a fim de promover ações de força tarefa da Defensoria Pública, composta de Defensores Públicos de todo o País, em caráter voluntário, para atuar nos Estados da Federação no âmbito do Projeto “Defensoria Pública Sem

Fronteiras”, com o objetivo específico de atuar junto a estabelecimentos prisionais e varas de execução penal, no atendimento à população carcerária.

- **Aditivos ao Termo de Cooperação para Atuação Integrada das Defensorias**: celebrado entre as Defensorias dos estados para a fixação de procedimentos a serem adotados visando a atuação integrada e o intercâmbio de informações, garantindo a assistência jurídica integral aos necessitados.

- **Termo de Cooperação Audiência de Custódia**: Visa a cooperação entre os partícipes conjugando esforços voltados à difusão e fomento das “audiências de custódia”, de modo a viabilizar a implementação e operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, em até 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, como também o apoio recíproco dos signatários às ações por estes envidadas nos Estados, relativas aos Projetos “Cidadania nos Presídios”, desenvolvido no âmbito do CNJ, e “Defensoria Pública Sem Fronteiras”, sem prejuízo da defesa do fortalecimento da presença e atuação das Defensorias Públicas em todas as unidades da federação.

- **Contrato com a Casa da Moeda do Brasil**: foram assinados três aditivos ao contrato de prestação de serviço de personalização e fornecimento de conjunto de identificação funcional, que entre si celebram, como contratantes, as Defensorias Públicas Estaduais e a Casa da Moeda do Brasil – CMB, e, como interveniente, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais.

Atividades em Organismos Internacionais

Enquanto Presidente do CONDEGE, a Dra. Andréa Maria Alves Coelho, efetivou a participação do CONDEGE perante os Organismos Internacionais.



- Participação no VI Congresso a Associação Interamericana de Defensorias Públicas, em Santo Domingo, na República Dominicana, ocorrido no dia 24 de junho de 2014.

- Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária anual do BLODEPM, ocorrida em Caracas, na Venezuela, em 04 de novembro de 2014.

- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas/Escritório da ONU sobre Drogas e Crimes PNUD/UNODC.

- Participação no 6º Congresso Nacional do Ministério da Defensoria Pública "Defensa Pública: Garantía para el Acceso a La Justicia de Personas y Grupos em Situación de Vulnerabilidad", ocorrida em 08 de outubro de 2014, em Assunção, Paraguai.



- Participação na reunião do Conselho Diretivo da AIDF: 24 de junho 2014.



- Participação na Sessão Ordinária Anual do BLODEPM, ocorrida em 08 de abril, de 2015, na Argentina.



- Participação no Congresso “20 anos del Ministerio Público de la Nacion”, na Argentina, em 20 de agosto de 2014.



- Celebração de 10 anos de Criação do BLODEPM, na Argentina, em 22 de agosto de 2014.



- Participação, através da Relatoria Especial da ONU para a Independência de Juízes e Magistrados para contribuir com o estudo global sobre Assistência Jurídica, em que o Brasil foi indicado como referência mundial no que tange ao acesso à justiça.

Projeto Defensoria Sem Fronteiras



Atuação da Defensoria Pública ocorreu pela conjugação de esforços das Defensorias Públicas de todo país, com vistas a atender situação emblemática ou emergencial em determinado estado da federação. No período de um ano, foram realizados 3 (três) projetos, no Paraná, Pernambuco e Ceará.



Articulação política do CONDEGE

Durante a gestão, foi possível manter a atuação política na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Supremo Tribunal Federal e junto ao Poder Executivo. Os Defensores Públicos Gerais, tendo a Dra. Andréa Maria Alves Coelho na presidência, somaram esforços para intensificar as visitas a Brasília, apresentando demandas de interesse da Defensoria Pública no Congresso Nacional, da qual se destaca, a continuidade do trabalho, e da PEC 04/2014 do Senado Federal, que originou a Emenda Constitucional nº 80, de 04 de junho de 2014.

- Articulação para criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública.

- Articulação relativa ao projeto de lei 554/2011, que prevê a realização da "Audiência de Custódia".



Audiência dos membros de CONDEGE com o Ministro Presidente do Superior Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, para tratar do Projeto de Audiência de Custódia, Termo de Cooperação Técnica entre CONDEGE, CNJ e MJ para atuação nas forças tarefa e ADI 4636, ocorrida em abril de 2015.

Estruturação e Organização do CONDEGE



Foram desenvolvidas diversas ações com vistas à maior organização e estruturação do Colegiado, enquanto Presidente.

- Articulação para a implantação do Escritório compartilhado das Defensorias Públicas para atuação nos Tribunais Superiores, em Brasília – DF.

- Criação de nova Logo CONDEGE, possibilitando o consolidação desta associação e a formação de sua identidade própria.

- Criação de domínio eletrônico específico para as De-

fensorias Públicas de todo o país (.def): procedeu-se às providências necessárias à alteração do domínio eletrônico das Defensorias Públicas, considerando a autonomia da instituição. Desta forma, os endereços eletrônicos que atualmente contem a designação “gov”, passarão a conter a terminologia “def”, (www.defensoriaX.def.br).

- Criação de nova Comissão: dado início à criação da Comissão de Direito de Família.

- Regularização fiscal do CONDEGE junto à Receita Federal.

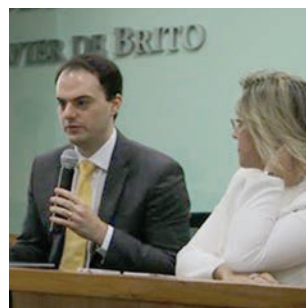
Idealização e realização do I Seminário Nacional de Gestão Estratégica da Defensoria Pública

A DPGE sediou o I Seminário de Gestão Estratégica da Defensoria Pública, evento realizado em Fortaleza, no mês de outubro de 2015, em parceria com o Condege. Na ocasião, além de palestras na área de gestão pública, houve exposição de experiências de sucesso sobre o tema por parte de várias Defensorias Públicas.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará foi um dos destaques, tendo apresentado a sistemática de execução orçamentária implementada após a efetivação da autonomia financeira. Nesse sentido, foram demonstradas inovações

como novos fluxos de trabalho, sistemas de informática, planejamento estratégico da efetivação da autonomia e instâncias internas de controle.

Ao final do evento, foi assinada a Carta de Intenções de Fortaleza, que consagrou o compromisso das Defensorias Públicas no sentido de realizar o evento regularmente e fomentar a adesão de todas as Defensorias às boas práticas de gestão, bem como a uniformização de procedimentos, como estratégia de fortalecimento institucional.



Capítulo XII

VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO

Realização do concurso para ingresso na carreira

Foi realizado concurso público com 60 (sessenta) vagas para ingresso na carreira de Defensor Público. O concurso foi marcado pela celeridade, avaliando os candidatos em 05 fases. Participaram do certame mais de sete mil candidatos, tendo sido homologado o resultado final em outubro de 2015.

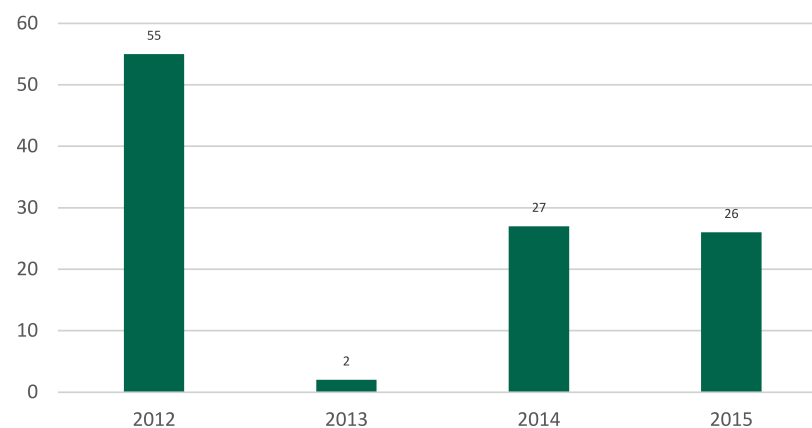
Promoções e Remoções

Entres os anos de 2012 e 2015, foram realizadas 109 (cento e nove) promoções: 55 em 2012, 02 em 2013, 27 em 2014 e 26 (vinte seis) até setembro de 2015. A progresso funcional beneficiou membros de todas as classes da carreira. As promoções, que ocorrem por critério alternado de antiguidade e merecimento, se baseia em normas que asseguram total transparência e objetividade ao processo.

No mesmo período, foram realizadas 14 remoções, possibilitando a mobilidade horizontal na carreira, sempre com critérios objetivos e impessoais, um compromisso da gestão. Já foram iniciados os trabalhos para a realização de mais 25 (vinte e cinco) promoções de Defensores Públicos de entrância inicial para entrância intermediária, cuja promoção ocorrerá até o final do ano de 2015.



Promoções



Sessão pública de escolha e fixação de titularidade

Realização de sessão de escolha e fixação de titularidade dos Defensores Públicos de entrância intermediária e de entrância inicial, possibilitando aos membros da carreira a igualdade de condições para participarem do processo de fixação de titularidade, considerando decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, através das Resoluções nº 116 e 117/2015.

Nomeação de Defensores Públicos

Durante a atual gestão, todos os Defensores Públicos remanescentes do concurso de 2008 foram nomeados, totalizando 18 (dezoito) novas nomeações. A convocação de todos os concursados antes do prazo de expiração do concurso possibilitou o início da preparação para novo certame.

Implementação do pagamento de ajuda de custo

Implementação do pagamento de ajuda de custo aos Defensores Públicos para os gastos com deslocamento a serviço, no mesmo valor das diárias.

Aumento do valor das diárias e atuação extraordinária

Também expressando a valorização do Defensor Público, além de diária no percentual de 1% do subsídio, passou a ser paga ajuda de custo em igual percentual, representando, dessa forma, um incremento significativo nos valores percebidos pelos membros da carreira nos deslocamentos a serviço. Também foi criada a atuação extraordinária, onde o Defensor auferir remuneração indenizatória para atuar fora de sua função original. Em viagens para fora do Estado, são aplicados valores diferenciados, conforme tabela própria.

Implementação do auxílio-alimentação

O auxílio-alimentação foi implementado pela atual administração, mediante regulamentação do Conselho Superior, nos mesmos valores das demais carreiras jurídicas, com base na autonomia administrativa e no princípio da simetria constitucional.

Realização de eventos em datas comemorativas



Integração e valorização dos Defensores Públicos com a realização de eventos para celebração de datas comemorativas, promovendo maior intercâmbio entre os membros da Instituição (Dia do Defensor Público, Dia das Mães, São João, Natal).



Realização de encontros de integração

Realização de Encontros de Integração entre os membros da instituição, proporcionando momentos de lazer, interação e reflexão no ambiente de trabalho, facilitando as relações interpessoais.



Criação do Projeto Café Cultural

Criação e implantação do “Café Cultural”, um momento de integração e valorização das atividades dos Defensores Públicos, com a apresentação de obras literárias, técnicas e artísticas dos Defensores Públicos, além de apresentações culturais na sede da DPGE.



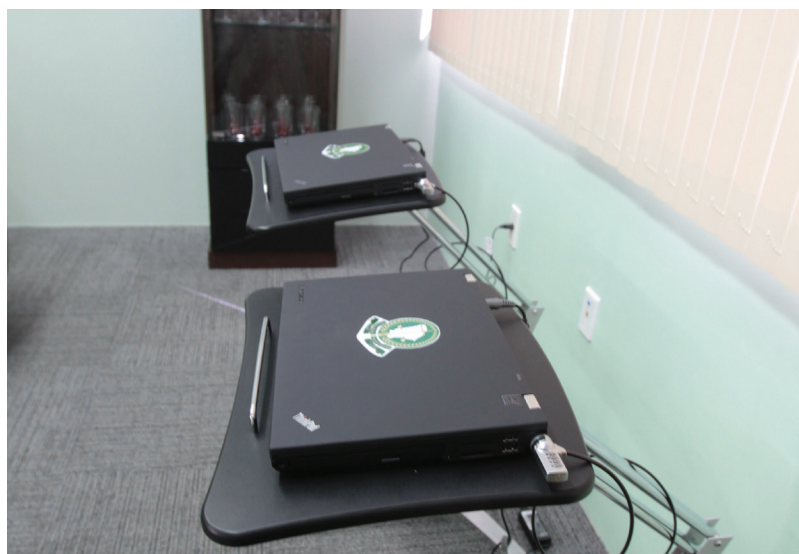
Disponibilização de manobrista no Fórum e Tribunal de Justiça

Disponibilização de manobrista no Fórum e Tribunal e ampliação do número de vagas de estacionamento do Fórum Clóvis Beviláqua, proporcionando maior comodidade aos Defensores Públicos.

Criação de espaço de convivência



Criação de Sala de Convivência Maria Luíza Rocha para usufruto dos Defensores Públicos na sede administrativa.



Aproximação da Administração Superior com os membros da instituição

Acolhimento empático às demandas dos colegas, sempre buscando solucionar os problemas e dar respostas eficazes quanto aos problemas apresentados.

Confecção e entrega de carteiras funcionais a todos os Defensores Públicos



A DPGE firmou convênio com a Casa da Moeda do Brasil para confecção de novas carteiras funcionais uniformizadas nacionalmente. O novo documento tem como objetivo conferir uniformidade e maior segurança aos membros da carreira, pois segue padrões e técnicas que impedem adulteração. As novas carteiras foram distribuídas em 2013 a todos os Defensores Públicos ativos e inativos.

Criação de Coral da Defensoria Pública



Criação do Coral da Defensoria Pública, com contratação de maestro profissional para promover aulas de canto aos colaboradores e membros da instituição e propiciar momentos de expressão artística e de fortalecimento da imagem institucional.

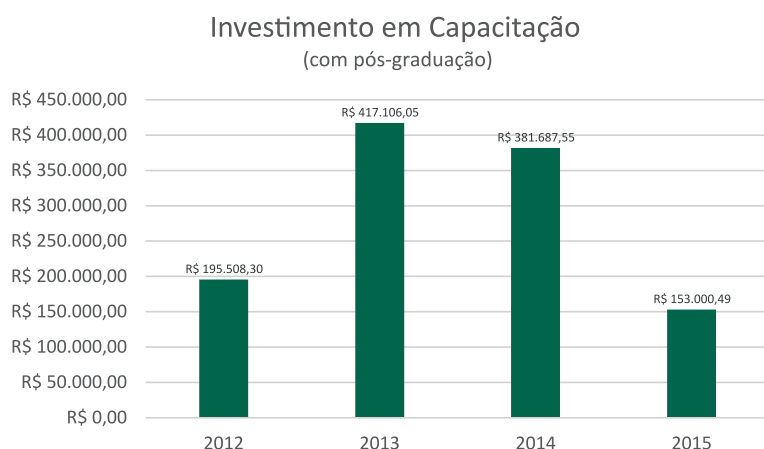


Capítulo XIII

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PERMANENTE



Investimento em capacitação e formação permanente



Cursos realizados pela Defensoria Pública

Primou-se pela formação continuada dos defensores públicos, servidores, colaboradores e estagiários ofertando-se, no período, 35 (trinta e cinco) cursos de capacitação e formação profissional, somente na sede da Defensoria Pública. Importante destacar a preparação do Defensor Público para demandas nas cortes internacionais com a realização do Curso “O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o acesso as cortes internacionais”.

Cursos de Formação para ingresso na carreira

No ano de 2012, foram realizados três (03) Cursos de Formação dando ênfase a uma abordagem da estrutura e rotinas administrativas e da prática defensorial. Os cursos de formação foram realizados levando em consideração o aprimoramento do exercício eficiente das funções institucionais.

Realização de diversos cursos voltados à solução extrajudicial de conflitos



A Defensoria Pública promoveu nos anos de 2012, 2103 e 2014 oito (08) Cursos de Formação em Mediação e Conciliação, realizado em parceria com a Universidade de Fortaleza – UNIFOR, do qual participaram mais de 40 (quarenta) defensores públicos, da capital, do interior e do 2º grau de jurisdição. Foi realizado ainda Curso de Mediação com o Palestrante de envergadura internacional Juan Carlos Vezzula.

Parcerias com instituições de renome

No ano de 2015, foi estabelecido uma parceria inédita com a Escola da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ENADEP, Secretaria de Reforma do Poder Judiciário, Universidade de Brasília- UNB e Escola Nacional de Mediação – ENAM, para realização do “Curso Mediação: um novo olhar sobre o conflito”.

Interiorização das ações capacitação e formação profissional

Nos anos de 2014 e 2015, foram realizados 02 (dois) Seminários de envergadura nacional com o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, realizado nos anos de 2014 e 2015.

Outra grande parceria da Defensoria Pública com a Fundação Getúlio Vargas com a realização do Curso in company de Litígios Estratégicos de Interesse Público pela FGV, realizado em 2013 na sede da Defensoria Pública.



Dentre as inovações, a Escola Superior da Defensoria Pública e o Centro de Estudos interiorizaram suas ações, realizando 09 (nove) cursos voltados também para a qualificação profissional dos colaboradores na capital e no interior do Estado (Aracati, Sobral, Juazeiro do Norte, Crato e Iguatu).

Custeio de inscrições e passagens para cursos e congressos nacionais

Também integrando a política de formação permanente, foram abertas inscrições para 20 (vinte) congressos de envergadura nacional e internacional dentre eles: IBCCRIM, IBD-FAM, Congresso Nacional de Defensores Públicos, Curso da Associação Brasileiro da Magistrados, Promotores de Defensores Públicos da Infância e Juventude e Instituto Brasileiro de Direitos Humanos.

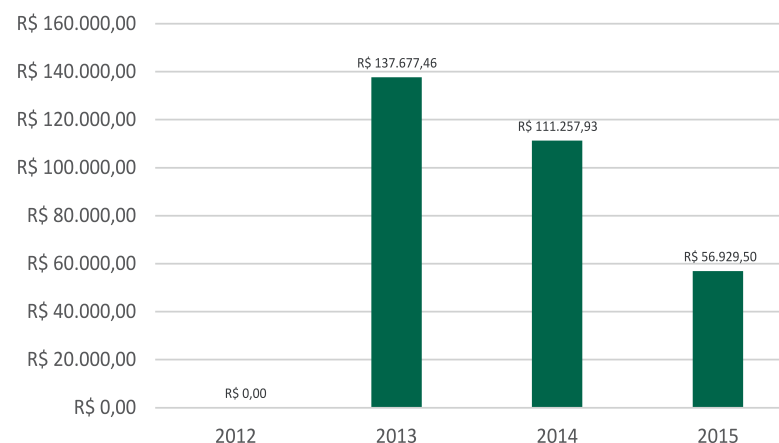
Aproximação da Defensoria Pública às Instituições de Ensino Superior

Foram realizadas também quatro (04) Jornadas Acadêmicas em parceria com Instituições de Ensino Superior, como Faculdades Cearense, Faculdade Sete de Setembro, Faculdade Luciano Feijó (Sobral) e Faculdade Paraíso (Juazeiro do Norte). Nesse período a Escola Superior e o Centro de Estudos estabeleceram várias parcerias, com instituições de ensino superior dentre eles a URCA e UVA.

Celebração de convênio para participação de defensores públicos em curso de mestrado da Universidade do Estado do Ceará.

Em 2015, foi celebrado termo de cooperação técnica entre Defensoria Pública, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, visando a disponibilização de vagas para defensores públicos, magistrados e promotores de justiça para mestrado profissional em gestão pública.

Investimento em custeio de cursos de pós-graduação



A Defensoria Pública patrocinou o pagamento de diversas pós-graduações aos seus membros, investindo em qualificação e conseqüente melhoria no atendimento à população vulnerável do Estado, além de promover o aprimoramento intelectual constante de seus quadros.

Celebração de termos de cooperação com outras escolas públicas

Foram celebradas parcerias com instituição de alta credibilidade acadêmica, como ESMEC e ESMP, visando ao intercâmbio de informações, cursos e produção jurídico-científica. Também ocorreu a inserção da ESDEP na Rede de Escolas do Governo do Estado, uma parceira com a Escola de Gestão Pública (EGP).

Realização dos primeiros Encontros de Teses Jurídicas

Foram realizados dois Encontros de Teses junto à Escola Superior e Centro de Estudos em 2014 e 2015, tendo sido aprovadas 12 (doze) teses institucionais.

Ampliação do acervo da Biblioteca

Defensores Públicos contam com uma biblioteca revitalizada, com a inserção de vários títulos. Novos livros foram adquiridos e distribuídos também para Núcleos Especializados da Defensoria Pública.



De forma inédita vários livros foram encaminhados para cidades do interior (Sobral, Acaraú, Crato, Juazeiro, Aracati, Quixadá) contribuindo com a aperfeiçoamento dos Defensores Públicos em seus locais de atuação.



Capítulo XIV

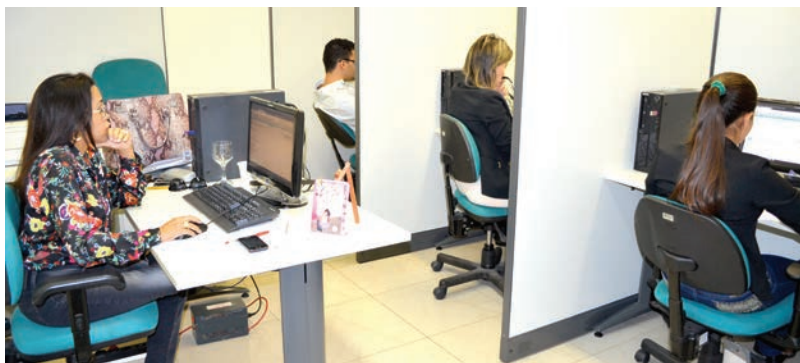
PROJETOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS



Nesse período, a Defensoria Pública promoveu diversas campanhas e projetos institucionais, objetivando aproximar os serviços da instituição aos cidadãos e promover o fortalecimento da imagem institucional.

Ações de destaque:

• Projeto “Fila Zero”: foi implementada a Equipe Defensorial de Racionalização do Atendimento (EDRA) no Núcleo Central de Atendimento (NCA), sendo uma das ações do Projeto Fila Zero, o qual tem como objetivo realizar agendamento de assistidos encerrando a formação de filas e tornando o atendimento mais rápido e confortável. O EDRA, supervisionado por um Defensor Público, conta com apoio de estagiários de Direito para atender os casos de maior fluxo, como aqueles relacionados ao Direito de Família.



- Projeto “Defensor Conciliador”: foram selecionados defensores públicos para atividades de atendimento, realização de audiências extrajudiciais e palestras no âmbito do Núcleo de Soluções Extrajudiciais de Conflitos, visando agilizar o fluxo de atendimentos, fortalecendo a confiabilidade da DPGE junto à sociedade civil.



- Projeto “Doação Meu Direito”: a partir de convênio firmado entre a Defensoria Pública e a Central de Transplantes, o projeto ajuda família de doadores a superar as dificuldades jurídicas para viabilizar a doação de órgãos. Esse projeto foi destaque em 2012, tendo sido agraciado pelo Ministério da Saúde pelos bons resultados obtidos.

- Projeto “SINASE e Defensoria: Responsabilização com Cidadania”. Proporcionou o atendimento a um total de 903 (novecentos e três) adolescentes, entre ações de assistência jurídica e educação em direitos. Durante o projeto, foi oferecido, mediante termo de parceria com o Sine/IDT, a emissão de CTPS e oficina para elaboração de curriculum e entrevista de emprego no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider.
- “Defensoria sem Fronteiras” - Numa iniciativa do Condege em Fortaleza, participaram 25 (vinte e cinco) defensores públicos de 09 (nove) Estados, para atendimento de adolescentes privados de liberdade no sistema socioeducativo, com a realização de visita a um centro de internação em Fortaleza, e análise e/ou peticionamento em 1663 (hum mil seiscentos e sessenta e três) processos, atingindo 802 (oitocentos e dois) adolescentes internos, a totalidade dos internados no período de realização do projeto.



- “Defensor Público em Pauta” - realizou entrevistas veiculadas na página da Defensoria Pública com diversos defensores públicos acerca de suas atividades, aspirações e desafios dentro da carreira. A ação visou democratizar o conhecimento e as impressões dos defensores públicos em seus diversos setores de atuação, proporcionando que a comunidade melhor conheça esse profissional.
- “Defensoria e o Cidadão” - permite a produção de vídeos inseridos no canal youtube sobre os diversos serviços da Defensoria Pública voltados ao cidadão, como aqueles desenvolvidos pelo Núcleo Central de Atendimento, pelo Núcleo de Atendimento da Defensoria à Infância e Juventude, Núcleo do Consumidor, dentre outros, com vistas a melhor informar os usuários do serviço.
- “Autonomia da Mulher: uma saída da violência” - desenvolvido pela Defensoria Pública, através do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM) e da Assessoria de Desenvolvimento de Projetos, em março de 2012, promoveu ações de educação em direitos, notadamente um concurso de redação realizado nas escolas da rede pública de ensino.
- “Em Nome do Pai” - em agosto de 2012, a Defensoria Pública do Estado do Ceará realizou um dia inteiro de atendimento exclusivo direcionado ao reconhecimento de paternidade. O projeto “Em Nome do Pai” tem como objetivo reduzir a elevada estatística de pessoas sem a paternidade registrada. Neste dia, o Núcleo Central de Atendimento realizou audiências extrajudiciais de conciliação, onde foram atendidas 130 pessoas e realizados 35 exames de DNA e/ou reconhecimentos espontâneos de paternidade.

- “Outubro Rosa”: em outubro de 2015 a sede da Defensoria Pública foi iluminada de rosa em homenagem à campanha de prevenção do câncer de mama. Em 2014 foi feita a distribuição de material informativo acerca da campanha. Em 2015 o novo site da DPGE também abraçou a causa, tendo sido modificado para a cor rosa durante o mês de outubro.



- “Saber Viver – Cidadania e Educação na Melhor Idade” - Em outubro de 2012, o projeto foi lançado no Dia do Idoso e elaborado para esclarecer o público da terceira idade sobre os seus direitos. A DPGE preparou uma manhã especial para esses assistidos, que foram recebidos com café da manhã, apresentação musical, distribuição de cartilhas e muita informação, com palestras ministradas pelo Núcleo do Idoso notadamente sobre conquistas, direitos e deveres. Em 2015 o dia do idoso foi comemorado no NCA com um café da manhã e atendimento jurídico aos idosos que procuraram o núcleo.
- Grupo de Ações Integradas para Grandes Eventos: realização de atendimento durante a Copa do Mundo de 2014 e reunião dos BRICS em Fortaleza. Permitiu a participação de defensores públicos em regime de plantão e sobreaviso, em 10 (dez) pontos estratégicos da cidade, entre juizados, delegacias, Arena Castelão, Centro Integrado de Comando e Controle Regional – CICCRR.



- Defensoria do Torcedor: promoção de assistência jurídica nos principais eventos esportivos na Arena Castelão, estádio Presidente Vargas e elaboração e divulgação do Manual do Torcedor, sobretudo durante o período de realização da Copa do Mundo de 2014.

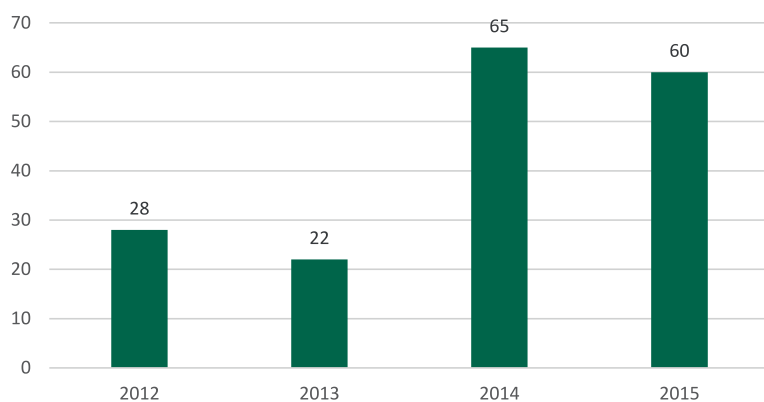


- “Mãe, amor que alimenta” - promoveu em maio de 2013 ações de atendimento às mães que procuram a Defensoria Pública, com o oferecimento de um café da manhã e uma palestra acerca dos cuidados médicos com crianças com a presença de uma pediatra.
- “Mulher: protagonista de sua história” - realizado em março de 2013, promoveu atendimento às mulheres, com um café da manhã oferecido aos assistidos e um workshop para as mulheres com realização de palestra.

Apoio ao Projeto Laços de Família (Sobral)



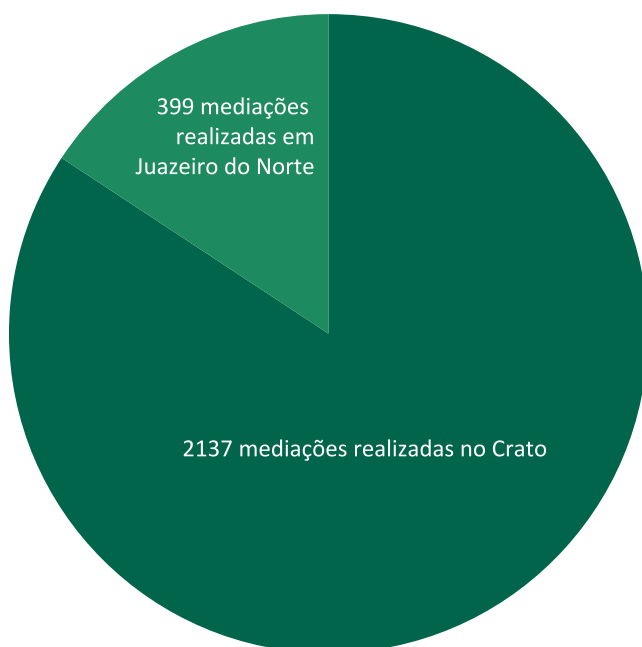
Atuação em Jogos



2012	28 partidas
2013*	22 partidas
2014	65 partidas
2015	60 partidas

Projeto desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, de iniciativa dos Defensores Públicos do Núcleo de Sobral, em parceria com o Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA. Foi concebido para oferecer à comunidade ações de mediação familiar com vistas a minimizar os reflexos jurídicos e sociais, frutos de conflitos familiares, usando a técnica de mediação. Durante o primeiro ano, foram concluídos 80 atendimentos em Sobral.

Apoio aos Projetos de Mediação (Crato e Juazeiro do Norte)



A Defensoria Pública promoveu o incremento das atividades de conciliação e mediação comunitária. Realizou a capacitação de mediadores comunitários e dotou seus núcleos em Crato e Juazeiro do Norte de estrutura adequada à realização de Projetos de Mediação Comunitária, resultando em elevação do número de atendimento e de audiências extrajudiciais para solução de conflitos.

Apoio ao Projeto “Adoção Legal”



Lançado no dia 25 de maio de 2015, com a distribuição da cartilha “Adoção: legalize esta decisão” com a participação de casais que adotaram, e a entrega dos respectivos mandados de averbação das adoções, com realização de palestra acerca dos aspectos jurídicos e psicológicos da adoção, marcando o início das atividades do Projeto do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude – NADIJ.



Convênios com Universidades

Em 2014, os convênios da Defensoria Pública com as Instituições de Ensino Superior foram renovados de forma uniforme, com a elaboração de novos convênios com contrapartidas dos parceiros em cursos de Pós-Graduação, cláusula até então inexistente em contratos desta natureza. A maior conquista foi inserção de uma cláusula que prevê descontos que beneficiam Defensores Públicos e seus dependentes, além dos colaboradores da instituição em cursos de graduação e pós-graduação nas instituições conveniadas. No total, foram firmados convênios atualizados com sete instituições de ensino superior da Capital e no Interior.

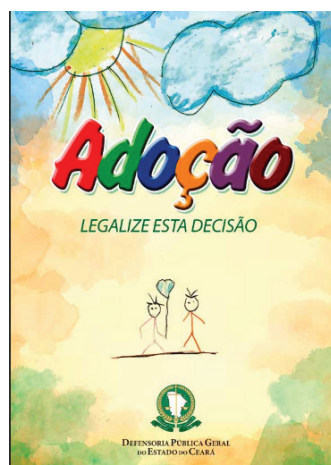
Cartilhas, livros e publicações

De 2012 a 2015, foram publicadas diversas cartilhas e outras publicações de interesse institucional, dos quais se destacam:

1) Cartilhas:



A Defensoria Pública do Ceará e os métodos adequados de soluções extrajudiciais de conflitos



Adoção: legalize esta decisão



Estatuto do Torcedor

2) Publicações institucionais:



Defensoria em Imagens



Estudo para Efetivação da Autonomia



Plano de universalização do Acesso à Justiça



Manual de Identidade Visual



Manual de Identidade Visual aplicada a documentos

Capítulo XV

VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES

Incremento do quadro de colaboradores

Além do aumento do quadro de colaboradores, deu-se a ampliação da contratação de pessoal de apoio qualificado tais como: assistente social, psicólogo e engenheiro e analistas.

Realização de cursos de capacitação para colaboradores

Realização de curso de capacitação para colaboradores na área jurídica com aplicação de pesquisa de satisfação e 100% dos participantes satisfeitos com o conteúdo e metodologia do curso.

Criação do Projeto Amigos da Defensoria, Amigos da Cidadania

Trata-se do programa de voluntariado da instituição, que atua nas mais diversas áreas profissionais, como assistentes sociais e psicólogos. Do projeto já participaram 257 (duzentos e cinquenta e sete) voluntários.

Ascensão profissional

Ascensão profissional de diversos colaboradores por mérito aferido objetivamente, sobretudo mediante avaliação dos Defensores Públicos dos setores correspondentes, totalizando mais de cinquenta ascensões.

Formação de equipes multidisciplinares



Implementação de equipes multidisciplinares em 05 núcleos da Defensoria Pública (NUDEP, NUAPP, NUDEM, NUAJA e NCA), além do Fórum Clóvis Beviláqua (NADIJ, Cível, Família, Criminal, Fazenda Pública).

Capítulo XVI

DEFENSORIA PÚBLICA E COMUNICAÇÃO



Defensoria é notícia

Durante a gestão, a divulgação dos serviços e ações da Defensoria Pública foi intensificada. No período, a DPGE ultrapassou a marca de 327 mil inserções na mídia impressa e mais de 3 mil inserções na mídia em geral. O perfil da Defensoria no Facebook em 2015 já chega a marca de seis mil curtidores. Os conteúdos da DPGE são também divulgados no site e Facebook do Condege. O Twitter foi reativado para divulgação de assuntos mais relevantes. Após a formatação do novo site, foi constatada uma média de 40 mil acessos por mês na plataforma.



Para o defensor público estadual Dani Esdras, a demora e a falta de leitos indicam falha em todo o sistema de Saúde. "A população cresce, envelhece, mas o número de leitos permanece o mesmo", aponta.

Segundo a Sesa, o Estado tem 882 leitos de UTI. Esse número deve ser ampliado até o fim deste ano com a inauguração do Hospital Regional do Sertão Central, totalizando 952 leitos. (Igor Cavalcante/colaboraram Amanda Araújo e Sara Oliveira)

O POVO



Defensoria Pública Geral do Estado em clima de gestão estratégica

18 de setembro de 2015 às 15:22 | Eliomar de Lima | Ceará, Cidadania, Defensoria Pública



O Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e a Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPGE-CE) promoverão, no próximo dia 2, o I Seminário de Gestão Estratégica da Defensoria Pública. O evento, com abertura a cargo de **Andréa Coelho**, defensora-pública geral, é gratuito e será realizado na sede da Defensoria Pública.

O encontro pretende integrar gestores, servidores e defensores públicos ligados as áreas de gestão administrativa, tecnológica e de recursos humanos da Defensoria Pública, demais áreas afins, e comunidade em geral, com foco nas inovações administrativas e uso eficiente da máquina pública.

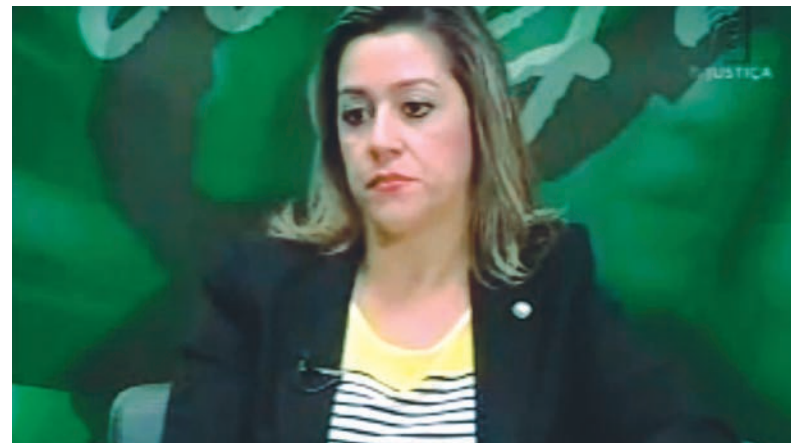
Haverá palestra do controlador-geral do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Luiz Mário Vieira, sobre "Inovação Administrativa e Uso Eficiente da Máquina Pública". Em seguida, serão apresentadas experiências exitosas das Defensorias Públicas do Ceará, São Paulo, Pernambuco e Pará. O encontro se encerra encerramento com debates e a elaboração da Carta de Intenções com as deliberações feitas durante o evento.



MEETING

A DEFENSORA pública geral do Ceará, Andréa Maria Alves Coelho recebeu o deputado federal Mauro Benevides para audiência pública centrada em debate do Plano de Universalização de Acesso à Justiça, elaborado por sua gestão a partir da aprovação da PEC 80/2014, de autoria do parlamentar convidado e que fixa um prazo de 8 anos para a estruturação da instituição, obrigando, ainda, estados e União a disporem de, pelo menos, um defensor público em cada unidade jurisdicional do País.

NA FOTO: deputado estadual Renato Roseno, Andréa Coelho, Mauro Benevides e o assessor de Desenvolvimento Institucional da Defensoria Pública do Ceará, Thiago Tozzi.



Fortalecimento da equipe de Comunicação

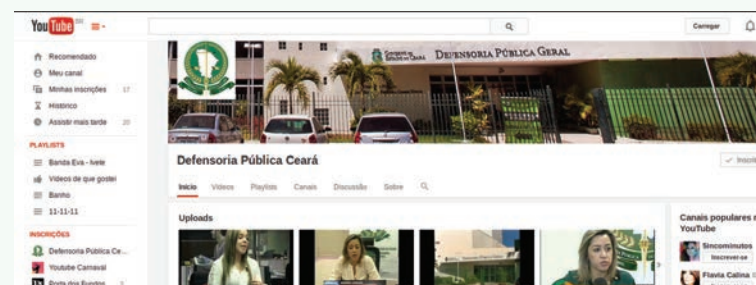
Fortalecimento da Assessoria de Comunicação da DPGE com ampliação de equipe.

Transparência on line

Criação do Portal da Transparência, adequando a instituição aos termos da Lei de Acesso à Informação, podendo ser acessado diretamente no site institucional.

Novas plataformas digitais

Inauguração das plataformas de comunicação e perfis da DPGE nas redes sociais (Facebook, Twitter e Youtube), assegurando a Defensores, servidores, colaboradores e cidadãos acesso rápido e transparente às ações institucionais, além de modernizar linguagem e interface de comunicação junto ao público em geral.



Tela do Youtube



Novo Site



Twitter



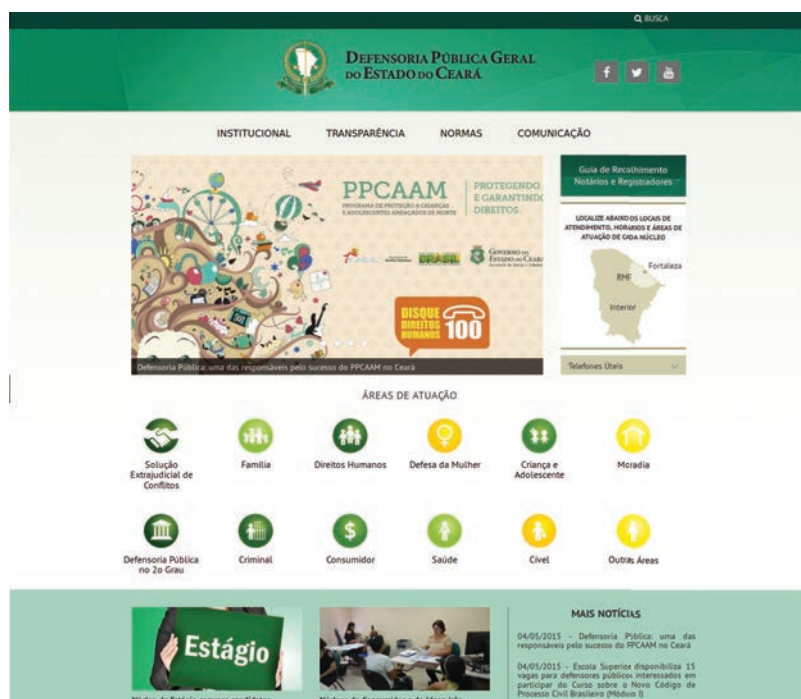
Facebook CONDEGE



Facebook

Novo site da DPGE

Criação de site da Defensoria na internet, com novas informações, páginas, links e janelas. O novo site da Defensoria Pública objetivou a melhoria da comunicação com os usuários dos serviços, contendo ícones de fácil acesso, locais de atuação, resumo das principais demandas, tornar a Defensoria Pública ainda mais acessível à população.



Comunicação direta com os defensores públicos

Emissão de comunicados e notas técnicas a partir do site e dos e-mails funcionais, objetivando a transmissão oficial de informações da Administração Superior com os defensores públicos, ou esclarecimentos à população, através do site institucional.

Ações de melhoria na comunicação interna

Foi estabelecida uma política de melhoria da comunicação, proporcionando a criação do Boletim Informativo Semanal, o fomento ao uso do e-mail institucional, o aperfeiçoamento do Cerimonial de Eventos, melhoria do relacionamento com a imprensa, com entrega de release, press kit, agendas e visitas às redações para relacionamento, acompanhando entrevistados junto aos meios de comunicação.



Capítulo XVII

MEMÓRIA ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL



Criação das Galeria dos Ex-Defensores Públicos Gerais e dos Ex-Corregedores Gerais

Criação da Galeria de ex-Defensores Gerais e ex-Corregedores Gerais, como forma de valorizar a memória da instituição.



Criação de memória interna de informações

Criação da página wiki da DPGE na internet, a fim de criar memória interna e armazenar informações, documentar e agregar transparência a ações e procedimentos internos.

Registro e arquivamento de processos e documentos administrativos

Objetivando a melhoria da administração, foi promovida a remodelagem dos fluxos de processo, a documentação de informações e o arquivamento de dados e documentos que preservem a memória administrativa. Nesse processo, por exemplo, possibilitou-se o registro histórico dos diversos órgãos de atuação ocupados pelos membros da carreira ao longo dos anos.



Capítulo XVIII

PREMIAÇÕES



Medalha Nacional de Acesso à Justiça

Presidência do CONDEGE foi agraciada com a Medalha Nacional de Acesso à Justiça, conferida às pessoas físicas e jurídicas que se distinguiram pelas relevantes contribuições à promoção, ampliação e democratização do acesso à justiça no Brasil, cerimônia ocorrida em 18 de dezembro de 2014, no Ministério da Justiça, em Brasília-DF.



Prêmio Direitos Humanos 2014

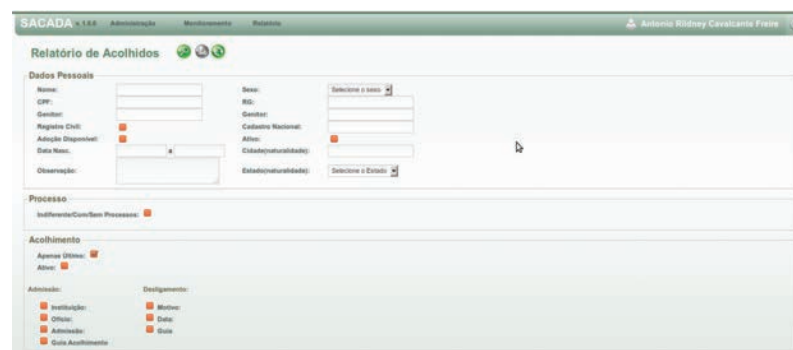


A presidência do CONDEGE foi agraciada com um certificado, da lavra da Presidenta da República, bem como o exemplar de obra de arte, comendas entregues as pessoas ou entidades, públicas ou privadas, que se destacaram na promoção, na defesa e no combate às violações aos Direitos humanos no país, cerimônia ocorrida em 10 de dezembro de 2014, no Palácio do Planalto, em Brasília – DF.

Prêmios Innovare

A Defensoria Pública do Estado do Ceará tem se destacado nos últimos anos pelo desenvolvimento de projetos pioneiros que têm inovado no sistema de justiça, contribuindo para sua melhoria.

Em 2013, a Defensoria Pública Nesse período, venceu o Prêmio Innovare, com o Projeto “Organizar para conhecer, enfrentar e resolver: abrigo não é família”. A prática prevê visitas semanais e periódicas do Núcleo de Atendimento da Defensoria a Infância e Juventude (Nadij) aos abrigos de crianças e adolescentes em Fortaleza. O objetivo é verificar a situação processual de cada acolhido. A iniciativa inclui ainda a organização e sistematização dos dados no Sistema de Acompanhamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos – SACADA, um sistema computadorizado desenvolvido pela própria Defensoria Pública para acompanhar a situação individual de cada acolhido. Foram vencedores os defensores públicos Andrea Maria Alves Coelho, Juliana Nogueira Andrade Lima, Tibério Augusto Lima de Melo.



Tela do sistema SACADA

Prêmio pela excelência na gestão administrativa – GesPública



Em novembro de 2012, pelas práticas e compromisso com a melhoria na qualidade da gestão, a Defensoria Pública do estado do Ceará foi premiada com o Certificado do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, reconhecida na Faixa Bronze, do Prêmio Ceará Gestão Pública – PCGP 250 Pontos.

Homenagem pelo apoio à Infância e Juventude

Pelo apoio dado à área da Infância e Juventude da Defensoria Pública, a Defensora Pública Geral do Estado, Andréa Maria Alves Coelho, foi homenageada pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude no IV Encontro da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública da Infância e da Juventude do Ceará, que ocorreu no Centro de Convenções Oásis Atlântico Imperial, em Fortaleza.

Prêmio “RioMar Mulher”

A Defensora Pública Geral, Andréa Maria Alves Coelho, foi um dos 10 nomes homenageados com o Prêmio RioMar Mulher, no dia 17 de março de 2015. Foi reconhecida na categoria Atividades Jurídicas. Ao todo, dez mulheres receberam a homenagem, representando suas respectivas áreas de atuação. O Prêmio RioMar Mulher reconhece mulheres que se destacam em suas áreas e contribuem para a valorização do Estado do Ceará.



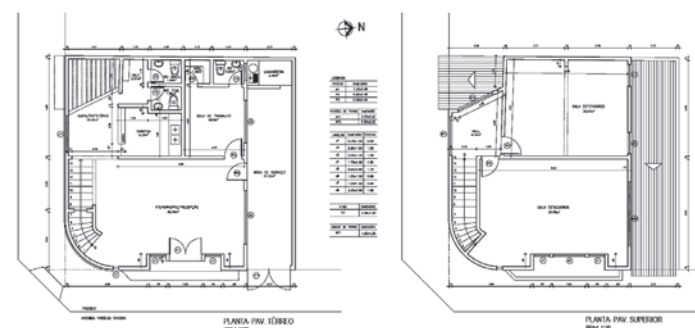


Capítulo XIX

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Projeto de construção de novas sedes

Conclusão dos projetos de construção dos novos Núcleos do João XXIII e NUAPP, que estão aguardando liberação da operação junto ao BNDES e licitação para início da execução. Aprovada a planta arquitetônica elaborada pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE, da obra de construção da sede da Defensoria Pública no Crato. O equipamento terá dois pavimentos, contará com auditório multiúso, gabinetes para os Defensores, salas de espera, salas de mediação e salas para atendimento multidisciplinar.



Concluída minuta de Projeto de lei que cria a carreira de servidores

Concluído estudo técnico de viabilidade e minuta do projeto de lei que institui o quadro de pessoal de apoio da Defensoria Pública, dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Estudo de atualização legislativa da Defensoria Pública do Estado do Ceará

Encontra-se em fase de conclusão estudo que promove a atualização legislativa da Defensoria Pública do Estado do Ceará às recentes alterações que modificaram o regime jurídico constitucional da Defensoria Pública. O estudo objetivará toda a reforma da atual Lei Complementar Estadual nº 06/97.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ



Capítulo XX

PLANO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Plano de Universalização do Acesso à Justiça

A Emenda Constitucional nº 80/2014, aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 2014, impôs à administração pública o dever de prover todas as unidades jurisdicionais com Defensores Públicos, criando obrigação objetiva de universalização do acesso à justiça, direito fundamental previsto na Constituição Federal, porém ainda sem efetividade.



O Plano de Universalização do Acesso à Justiça constitui instrumento de planejamento elaborado pela DPGE para orientar a efetivação da EC 80/2014 no Estado do Ceará. Na sua construção, foi utilizada uma combinação de critérios que resultaram na definição de uma escala de prioridades para orientar a lotação de novos Defensores e balizar o processo de expansão dos serviços da instituição por todo o Estado. Os municípios foram ranqueados e definidas tanto a quantidade ideal de profissionais como a estrutura adequada para cada grupo de comarcas.

Atualmente, existem 437 cargos de Defensor Público criados por lei, porém apenas 285 estão providos. São, portanto, 152 cargos vagos. O número ideal, segundo dados do Ministério da Justiça, no entanto, seria de mais de 600 Defensores. No momento, está em andamento concurso público para provimento de 60 vagas de Defensor Público de Entrância Inicial, com previsão de homologação em novembro de 2015. Dos 184 municípios do Ceará, apenas 46 contam com os serviços da Defensoria Pública, sendo 26 em regime de titularidade ou designação e 20 em regime de atuação extraordinária.

Para embasar o processo de tomada de decisão e planejar da forma mais eficiente o crescimento institucional, e tendo em vista ainda os critérios estabelecidos pela EC 80/2014, que visa potencializar o ganho social advindo da expansão dos serviços da Defensoria Pública, foi criada uma escala de prioridades que leva em consideração critérios como adensamento



PLANO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA
ESTUDO ESCALA DE PRIORIDADES PARA LOTAÇÃO NOVOS DEFENSORES

GRUPO	Nº	MUNICÍPIO	REGIÃO	POPULAÇÃO	ESCORE NO CRITÉRIO POPULAÇÃO	IDH	ESCORE NO CRITÉRIO IDH	TOTAL PROCESSOS	ESCORE NO CRITÉRIO PROCESSOS	ESCORE GERAL	PERFIL DA COMARCA	QT. DEFENSORES ATUAL	QT. DEFENSORES PROPOSTA	ALOCÇÃO NOVOS DPS
G1	1	Caucaia	RMF	349.526	10	0,682	3	23.288	8	21	III / DPS	8	8	0
	2	Maracanaú	RMF	219.749	8	0,686	3	43.504	10	21	III / DPS	8	8	0
	3	Juazeiro do Norte	CAR	263.704	9	0,694	3	36.092	5	17	III / DPS	10	10	0
	4	Sobral	SOB	199.750	7	0,714	2	23.674	8	17	III / DPS	8	8	0
G2	5	Crato	CAR	127.657	6	0,713	2	11.647	6	14	3 a 6 DPS	6	6	0
	6	Itapipoca	LIO	123.613	6	0,640	3	7.629	5	14	3 a 6 DPS	1	3	2
	7	Maranguape	RMF	122.020	6	0,659	3	8.010	5	14	3 a 6 DPS	2	3	1
	8	Iguatu	CAR	97.330	5	0,677	3	11.185	6	14	3 a 6 DPS	0	3	3
	9	Quixadá	SC	80.605	5	0,659	3	12.892	6	14	3 a 6 DPS	2	3	1
	10	Aquiraz	RMF	72.651	5	0,641	3	13.735	6	14	3 a 6 DPS	2	3	1
	11	Canindé	SC	74.486	5	0,612	3	9.652	5	13	3 DPS	0	3	3
	12	Pacajus	RMF	73.846	5	0,659	3	7.697	5	13	3 DPS	2	3	1
	13	Cratús	SIN	72.853	5	0,644	3	7.991	5	13	3 DPS	0	3	3
	14	Aracati	LLJ	69.167	4	0,655	3	10.273	6	13	3 DPS	3	3	0
	15	Pacatuba	RMF	72.249	5	0,675	3	5.563	4	12	1 a 2 DPS	2	2	0
	16	Quixeramobim	SC	71.912	5	0,642	3	6.234	4	12	1 a 2 DPS	0	2	2
	17	Russas	LLJ	69.892	4	0,674	3	8.084	5	12	1 a 2 DPS	1	2	1
	18	Cascavel	RMF	66.124	4	0,646	3	9.942	5	12	1 a 2 DPS	2	2	0
	19	Icó	CAR	65.453	4	0,606	3	7.654	5	12	1 a 2 DPS	0	2	2
	20	Viçosa do Ceará	SOB	64.961	4	0,571	4	5.146	4	12	1 a 2 DPS	1	1	0
	21	Tianguá	SOB	68.901	4	0,657	3	5.911	4	11	1 a 2 DPS	2	2	0
	22	Morada Nova	LLJ	62.086	4	0,610	3	5.598	4	11	1 a 2 DPS	0	2	2
	23	Acarauá	LIO	57.542	4	0,601	3	5.090	4	11	1 a 2 DPS	1	1	0

Estudo Escala de Prioridades para lotação de novos Defensores

populacional (população absoluta), índice de desenvolvimento humano (IDH) e demanda por serviços judiciais (volume processual da comarca).

Dessa forma, o plano tem como premissa o provimento dos cargos de forma embasada tecnicamente, utilizando-se de técnicas de planejamento para favorecer a obtenção dos melhores resultados sociais possíveis, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e humano do Estado do Ceará.

A partir da mensuração do quantitativo de recursos necessários para o cumprimento de cada uma das etapas do Plano, faz-se possível o dimensionamento do orçamento necessário para sua concretização. Tal quantificação permitirá à Defensoria Pública otimizar seus recursos e apresentar sua proposta de lei orçamentária em valores compatíveis com o atendimento das necessidades da população cearense.

A concepção dessa ideia que norteou o PUAJ tem sido disseminada para as Defensorias Públicas de todo o país, tendo inclusive sido apresentada em reunião do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE, a fim de que o in-

vestimento na instituição seja compatível com a determinação constitucional de expansão de seus serviços.

A apresentação do Plano de Universalização do Acesso à Justiça tem se dado com bastante amplitude. Durante todo o primeiro semestre de 2015 foi apresentado a cada um dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a fim de que compreendessem a dimensão dos serviços prestados pela Defensoria Pública e a premência na expansão de seus serviços, especialmente, para o interior do estado.





Dessa interlocução com a Assembleia Legislativa, surgiu o pedido de realização de audiência pública naquele Poder Legislativo, especificamente para apresentar o PUAJ a todos os cidadãos cearenses, a partir da TV Assembleia.



Visando democratizar ainda mais o debate sobre a expansão dos serviços da Defensoria Pública a todo o estado, foi realizada audiência pública na sede da Defensoria Pública acerca do Plano, com a participação direta de representantes dos movimentos sociais e do Deputado Federal Mauro Benevides, autor da Emenda Constitucional nº 80/2014.



Capítulo XXI

OPERAÇÃO PMAE BNDES

A Defensoria Pública iniciou, em 2013, o trâmite junto ao BNDES da Carta Consulta da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará tendo como objeto a captação de R\$ 14 milhões pela linha PMAE Defensorias Públicas, que irá custear o investimento em Projetos que integram a 2ª Etapa do Plano de Modernização da DPGE, a ser executada durante o biênio 2014-2015.

A linha de financiamento, criada pelo BNDES especialmente para as Defensorias Públicas Estaduais, é um incentivo à modernização e ao desenvolvimento institucional das Defensorias, e nasceu a partir de uma articulação capitaneada pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) junto ao Ministério da Justiça (MJ), Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Integram a Carta, além do documento principal, estudos, relatórios e anexos, detalhando um conjunto de projetos divididos em três eixos principais: a) tecnologia da informação; b) consultoria organizacional; c) reformas e infraestruturação. A operação foi autorizada pela Assembleia Legislativa no mês de outubro deste ano.

Na área de consultoria organizacional, destacam-se projetos como planejamento estratégico dos investimentos em cursos, treinamento e capacitação, desenho de cargos e nova estrutura organizacional preparando a instituição para um cenário de pleno desenvolvimento institucional (autonomia),



implantação de gestão por competência, planos de desenvolvimento de pessoas, criação de banco de dados e aperfeiçoamento da gestão de RH, capacitação de líderes e gestores, desenho do programa de formação permanente de Defensores Públicos, colaboradores e estagiários. A visão estratégica é atingir grau de excelência em gestão, consolidando o ciclo de profissionalização da gestão iniciado em 2012.

Já na área de tecnologia, estão previstos projetos de Governança de TI, hardware e software, com ênfase em aperfeiçoamento das políticas, procedimentos e padrões de TI, adequação gerencial e tecnológica, implantação de solução para a gestão integrada dos processos de negócio, virtualização, automação e



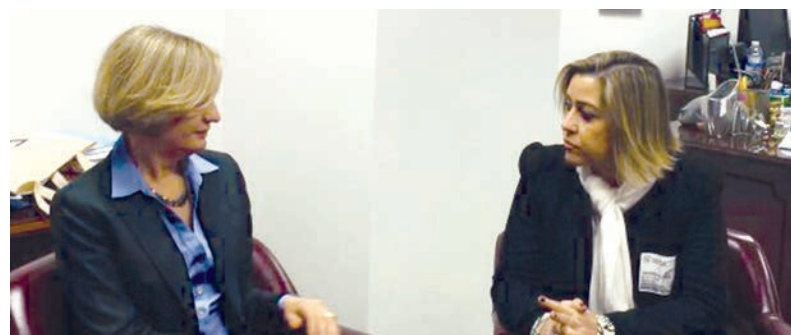
remodelagem de processos finalísticos e de apoio, aperfeiçoamento da gestão estratégica e organizacional, aperfeiçoamento da gestão administrativo-financeira e da gestão logística de bens, materiais e serviços, dentre outros. A visão estratégica na área de tecnologia é alcançar o nível “valor” em matéria de desenvolvimento tecnológico, o mais elevado padrão corporativo na escala de maturidade de TI, consolidando o ciclo de modernização que vem sendo implantado desde 2012.

Por fim, duas obras estão contempladas na Carta Consultiva: o Novo Núcleo João XXIII, que terá estrutura de arquitetura e engenharia semelhante à da Sede Administrativa da DPGE e uma ampla reforma e modernização do Núcleo de Assistência ao Preso Provisório (NUAPP). A visão estratégica desses projetos é tornar o Núcleo João XXIII referência nacional em matéria de conciliação, mediação comunitária e desenvolvimento de projetos de cidadania e educação em direitos e o NUAPP referência nacional entre as Defensorias Públicas em matéria de defesa da cidadania e dos direitos humanos e promoção dos direitos fundamentais de defesa dos presos e acusados em geral.

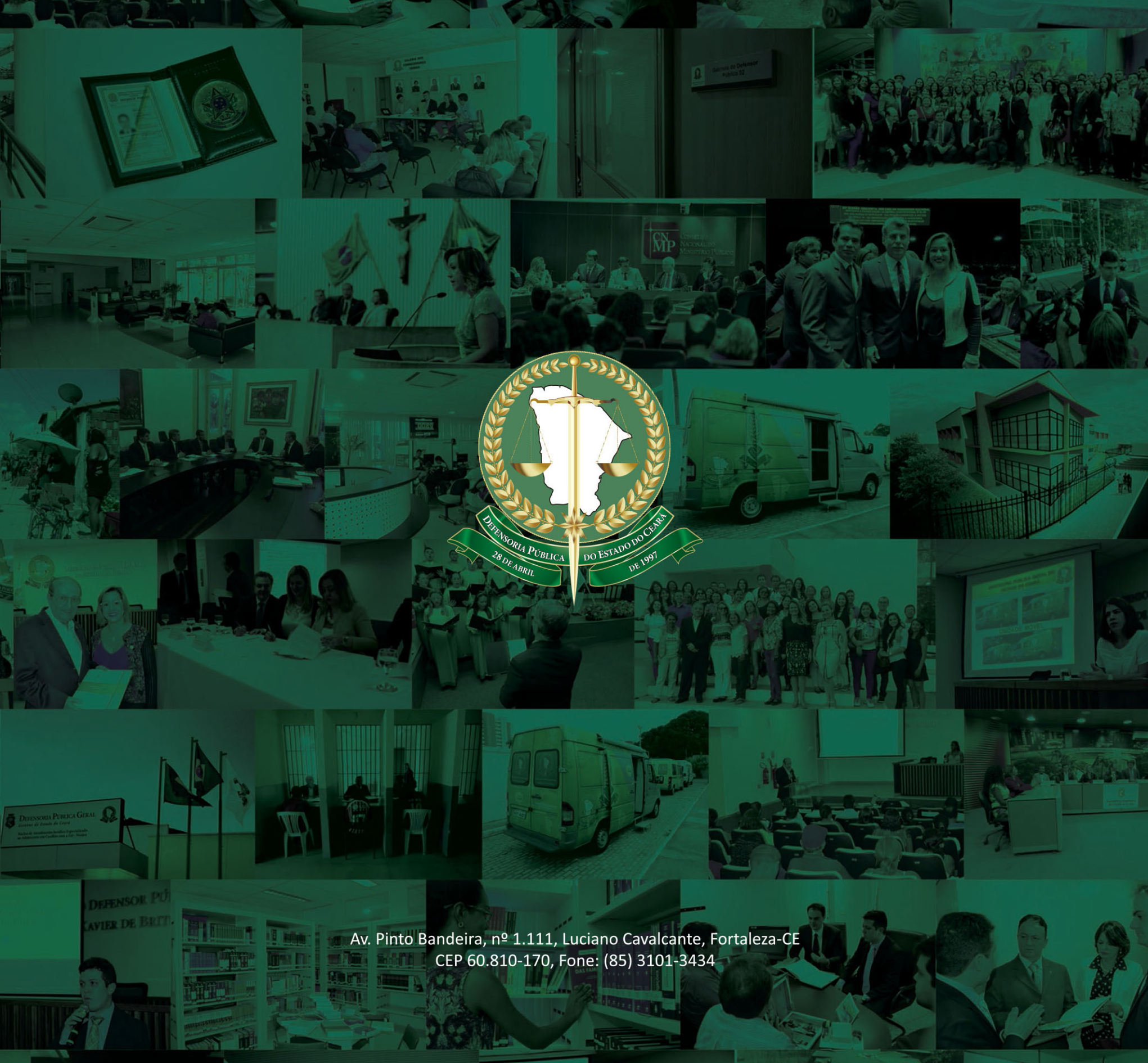
Somados os valores captados junto ao BNDES à contrapartida mínima de 10% do beneficiário, serão investidos pelo menos R\$ 15,4 milhões na modernização gerencial da DPGE nos próximos anos. A operação foi aprovada pelo BNDES, pelo Governo do Estado e pela Assembleia Legislativa, já tendo en-

cerrado toda a tramitação técnica, encontrando-se em fase final para contratação.

Termo de Cooperação com a OEA



A Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, Andréa Coelho, então na condição de Presidente do Condege, participou de reunião em Washington para articular a celebração de Termo de Cooperação com a OEA – Organização dos Estados Americanos no sentido de prestar apoio técnico às Defensorias Públicas do Brasil na captação dos recursos provenientes da operação PMAE Defensorias Públicas do Bndes. Iniciada a execução do termo de cooperação, a Defensoria Pública do Ceará passou a prestar suporte à equipe da OEA haja vista que o projeto da DPGE foi considerado um modelo para as demais.



Av. Pinto Bandeira, nº 1.111, Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE
CEP 60.810-170, Fone: (85) 3101-3434